

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 090

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE JUNHO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
25 DE JUNHO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 020/2001

Curitiba, 20 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

Apraz-me encaminhar, para fins de aprovação de Vossa Excelência e dos nobres deputados, o incluso pro-

jeto de lei que tem por objetivo a criação da Agência Reguladora de Serviços de Energia e Saneamento do Paraná, na modalidade de entidade autárquica de regime especial.

Justificamos a presente proposta pelas razões fundamentadas que passamos a expor.

A Agência Reguladora de Serviços de Energia e Saneamento do Paraná caracterizar-se-á como entidade da administração indireta desta Administração Pública, tendo por finalidade a realização da ação funcional de regulação, como poder concedente, aos serviços públicos delegados, mediante instrumentos de concessão, permissão, autorização, convênio ou outra modalidade de transferência legal admitida.

Na linha de reformas de aparente modificação da ordem econômica nacional, pode-se apontar a denominada “flexibilidade dos monopólios estatais”, consolidadas pela Emenda Constitucional nº 05, de 15 de agosto de 1995, que permitiu aos Estados a possibilidade de conceder às empresas privadas a exploração de serviços públicos locais de distribuição de gás canalizado, antes só delegados às empresas sob controle acionário estatal.

Na continuidade da relevante transformação econômica, operou-se, na forma da Lei Federal nº 8.031, de 12 de abril de 1990, substituída pela Lei nº 9.491, de 09 de setembro de 1997, a denominada privatização, que institui o Programa Nacional de Desestatização, reordenando a posição estratégica do Estado na economia, operando a possibilidade de transferência à iniciativa privada de atividades exploradas pelo setor público, mediante operação de mecanismos estatais, tanto as de exploração de atividade econômica como as que prestam serviços públicos.

Acrescente-se às iniciativas apontadas, uma fecunda produção legislativa em termos econômicos, dentre as quais a criação das respectivas agências reguladoras.

A trajetória do Estado brasileiro, nos últimos anos, revela uma tendência às aspirações da sociedade, conjugado com a ausência de recursos públicos para investimentos, vindo a consagrar a criação de agências reguladoras, conduzindo ao processo de transferência da execução dos serviços públicos para o setor privado.

Decorre daí a necessidade de transformação dessa Administração Pública no papel de agente regulador, conservando responsabilidades e deveres em relação à sua prestação adequada à sociedade.

Em lugar de protagonista na execução de serviços, suas funções passam a ser as de planejamento, regulação e fiscalização das empresas que receberem a delegação para a prestação de serviços públicos.

Para o alcance das finalidades a que se propõe este projeto de lei, faz-se necessário enfatizar a aplicação de dispositivos que possam preservar a atuação da Agência Reguladora de indevidas influências externas, tanto no que concerne às decisões político-administrativas quanto à sua capacidade financeira.

Para tanto, cuidou o ordenamento jurídico de estruturá-la como autarquia, sob regime especial, dotada de autonomia administrativa e financeira, seguindo o modelo aplicado pela Administração Pública Federal, a exemplo da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, da Agência Nacional de Águas - ANA e da Agência Nacional de Petróleo - ANP.

A autonomia administrativa como condição que terá a Agência Reguladora, limitará o Governador do Estado ao ato de nomeação de seus Diretores, com a prévia aprovação da Assembléia Legislativa, ao mesmo tempo em que fixará o mandato por período não coincidente para todos os dirigentes por mais de um ano, bem como impossibilitando a demissão dos membros da Diretoria por qualquer razão, salvo as dispostas nesta lei de criação, mediante processo legal para sua destituição.

Pela autonomia financeira, a Agência Reguladora poderá dispor da arrecadação de receitas próprias, provenientes de taxas de regulação de serviços e da remuneração pela participação em convênios.

A Agência Reguladora pautar-se-á, nos termos deste projeto, pela firmeza na atuação e equilíbrio necessário, devendo editar normas e definindo metas norteadas pela razoabilidade, cabendo-lhe a fiscalização de modo a alcançar o seu cumprimento.

Na administração da Agência Reguladora contar-se-á com a função de Ouvidor, que terá no seu exercício funcional o atendimento de queixas do público usuário dos serviços regulados, registrando-os e dando prosseguimento às investigações que se fizerem necessárias ao bom desempenho da administração, podendo, ainda, dar início a incursões investigatórias já reconhecidas, apresentando o resultado à autoridade superior.

No propósito de ver alcançada a sua missão no ambicioso projeto estadual, alinhado à proposta nacional de melhoria de qualidade dos serviços públicos, a Agência reguladora deverá ter preservado o seu esforço de legítima discricionariedade, e ver-se imune a injunções de qualquer natureza a ser rejeitada de modo sumário.

Esses são os fundamentos e razões que justificam o projeto de lei que submetemos à elevada apreciação dessa augusta Casa de Leis.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

### Capítulo I Da Autarquia

Art. 1º - Fica criada a Agência Reguladora de Serviços de Energia e Saneamento do Paraná, autarquia sob

regime especial, vinculada ao Governador do Estado do Paraná, com sede e foro na Capital do Estado, prazo de duração indeterminado e atuação em todo território do Estado do Paraná, podendo estabelecer unidades regionais.

§ 1º - A natureza de autarquia especial conferida à Agência Reguladora de Serviços de Energia e Saneamento do Paraná é caracterizada por independência decisória, autonomia administrativa e autonomia financeira, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes.

§ 2º - A Agência Reguladora de Serviços de Energia e Saneamento do Paraná atuará como autoridade administrativa independente, assegurando-se-lhe, nos termos desta lei, as prerrogativas e os meios necessários ao exercício adequado de sua competência.

§ 3º - Equivalem-se, para fins desta lei, as expressões: Agência Reguladora de Serviços de Energia e Saneamento do Paraná, Agência Reguladora e Agência.

Art. 2º - Para fins desta lei, aplicam-se as seguintes definições:

I - **poder concedente**: a União, o Estado do Paraná ou os Municípios, em cuja competência se encontre o serviço público;

II - **entidade regulada**: pessoa jurídica de direito público ou privado ou consórcio de empresas ao qual foi delegada a prestação de serviço público, mediante procedimento próprio;

III - **serviço público delegado**: aquele cuja prestação foi delegada pelo poder concedente, através de concessão, permissão, autorização, convênio ou qualquer outra modalidade de transferência de execução do serviço público, inclusive as decorrentes de normas legais ou regulamentares, atos administrativos ou dispositivos contratuais, abrangendo também as hipóteses de sub-rogação, subcontratação e cessão contratual, as últimas desde que devidamente autorizadas pelo poder concedente;

IV - **instrumento de delegação**: ato que transfere a delegação da prestação do serviço público, abrangendo as hipóteses previstas no inciso III deste artigo;

V - **serviços de saneamento, que compreendem**, dentre outros:

a - os serviços de abastecimento de água potável, que abrangem as atividades e respectivas infra-estruturas e instalações operacionais de captação, adução e tratamento de água bruta, adução, reservação e distribuição de água tratada;

b - os serviços de esgotamento sanitário, que abrangem as atividades de coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários;

c - os serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos;

d - a comercialização de produtos e a prestação de serviços pertinentes ao setor de saneamento, nos termos deste inciso;

VI - **serviços de energia, que compreendem**, dentre outros:

a - os serviços de geração de energia, através da exploração de potenciais hídricos, combustíveis fósseis, biomassas, potenciais eólicos, captação solar e outras modalidades de geração primária de energia;

b - os serviços de transmissão de energia, através do transporte, por qualquer meio, de bloco de energia das fontes geradoras para as áreas de consumo, incluindo-se subsistemas necessários para seu direcionamento, potencialamento e rebaixamento;

c - os serviços de distribuição de energia, através dos sistemas de entrega aos usuários da energia transportada das fontes de geração;

d - a comercialização de produtos e a prestação de serviços pertinentes ao setor de energia, nos termos deste inciso;

**VII - serviços de distribuição de gás canalizado** que compreendem, dentre outros:

a - os serviços de transmissão de gás, por meio de dutos desde as fontes de produção ou suprimento até os locais em que o produto passa para o sistema de distribuição de gás;

b - os serviços de distribuição de gás, para utilização por todos os segmentos do mercado usuário, através da rede de distribuição de gás canalizado, constituída de dutos, linhas e ramais;

c - comercialização de produtos e prestação de serviços pertinentes ao setor de gás canalizado, nos termos deste inciso;

**VIII - rede de distribuição de gás canalizado**, conjunto de dutos que constitui linhas de distribuição e ramais destinados à distribuição de gás canalizado.

## Capítulo II

### Dos Princípios e Objetivos

Art. 3º - A agência terá por finalidade institucional exercer o poder de regulação, mediação e fiscalização sobre serviços públicos submetidos à sua competência, através de atividades da normatização, controle e fiscalização.

Art. 4º - A agência obedecerá as seguintes diretrizes gerais de ação respeitadas os princípios insertos no art. 37, *caput* da Constituição Federal.

I - exercício eficiente do poder de regulação respeitadas as determinações legais e os respectivos documentos de delegação da prestação dos serviços públicos;

II - prestação, pelas entidades reguladas, de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, nos termos da competente legislação, demais prescrições contratuais e normas pertinentes;

III - transparência das regras de estipulação de tarifas asseguradas a modalidade tarifária, a qualidade dos serviços e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos instrumentos de delegação;

IV - observância dos conceitos econômicos de eficiência nos custos e equidade no acesso aos serviços;

V - estabilidade nas relações com o poder concedente das esferas municipal, estadual e federal, entidades reguladas e usuários;

VI - ampla proteção aos usuários e promoção de soluções céleres e consensuais de conflitos de interesse entre poder concedente, prestadores de serviço e usuário;

VII - estímulo à eficiência, produtividade dos serviços públicos regulados, repartindo, quando a Agência tiver outorga para tal benefícios entre a entidade regulada e os usuários respeitadas a saúde pública e a salubridade ambiental.

## Capítulo III

### Da Competência e das Atribuições

Art. 5º - À Agência compete regular, fiscalizar, controlar nos termos desta Lei, os serviços públicos explorados nas áreas de saneamento, energia e gás canalizado.

Parágrafo Único - A competência da Agência nos termos desta lei, relativas aos serviços de energia e saneamento serão delimitados por delegação prévia e expressa, através de convênio específico a ser firmado com a entidade titular do serviço público, de qualquer nível federativo.

Art. 6º - Compete à Agência, respeitadas os planos e políticas instituídos pelo poder concedente:

I - zelar pelo cumprimento da legislação e dos instrumentos de delegação cujo objetivo envolva a prestação dos serviços públicos sob sua competência regulatória;

II - implementar as diretrizes estabelecidas pelo poder concedente, em relação às delegações dos serviços sujeitos à competência da Agência;

III - efetuar a regulação econômica dos serviços públicos, sob suas competências, de modo a concomitantemente incentivar os investimentos e propiciar a razoabilidade e modicidade das tarifas aos usuários;

IV - proceder a fiscalização e a regulação técnica fazendo cumprir os instrumentos de delegação, as normas e regulamentos da exploração do serviço público, visando assegurar a quantidade, qualidade, segurança, adequação, finalidade e continuidade da prestação dos serviços públicos;

V - oferecer sistemáticas e indicar metodologias para o estabelecimento de parâmetros regulatórios relativos a prestação dos serviços, cálculos de custos, certificações e planos de investimentos atuais e futuros;

VI - dirimir, em âmbito administrativo e em decisão final respeitada sua competência, os conflitos entre o poder concedente, entidades reguladas e usuários;

VII - classificar, avaliar e definir, quando necessário, com base nos instrumentos de delegação e em informações prestadas pelo poder concedente e pelas entidades reguladas, diretamente ou com auxílio de peritos, a titularidade do patrimônio reversível;

VIII - instruir tecnicamente e recomendar ao poder concedente, os pedidos de revisão de tarifas dos serviços

públicos regulados na forma de lei, dos instrumentos de delegação e das normas e instruções que a Agência pedir;

IX - decidir e homologar os pedidos de reajuste de tarifas dos serviços públicos regulados, na forma de lei, dos instrumentos de delegação e de acordo com o procedimento estabelecido pela Agência;

X - subsidiar tecnicamente, o poder concedente na delegação dos serviços sob titularidade estadual, realizando os procedimentos licitatórios necessários;

XI - promover a delegação dos serviços de titularidade de outras esferas de governo, quando o respectivo poder concedente lhe delegar tal atribuição por meio de instrumento específico;

XII - aferir a qualidade da prestação dos serviços regulados, respeitados os parâmetros definidos nos instrumentos de delegação;

XIII - assegurar cumprimento de suas decisões administrativas, aplicando as sanções e compensações cabíveis, respeitando o princípio do devido processo legal e em conformidade com a regulamentação desta lei;

XIV - expedir resoluções e instruções, no âmbito de sua competência sendo-lhe permitida a fixação de prazos para cumprimento de obrigações por parte dos prestadores dos serviços públicos requisitados, voluntariamente ou quando instado por conflito de interesses;

XV - determinar ou efetuar diligências junto ao poder concedente, entidades reguladas e usuários, sendo-lhes garantido amplo acesso aos dados e informações relativos aos serviços sob sua competência regulatória e fiscalizatória;

XVI - contratar com entes públicos ou privados serviços técnicos, vistorias, estudos, auditorias ou exames necessários ao exercício das atividades de sua competência;

XVII - criar sistemas de informações, com vistas ao controle dos aspectos pertinentes aos serviços da Agência em articulação com os demais sistemas federais, estaduais e municipais correlatos aos serviços públicos delegados;

XVIII - elaborar o seu regimento interno, estabelecendo procedimento para a realização de audiências públicas encaminhamento de reclamações, respostas a consultas, emissão de decisões administrativas e respectivos procedimentos recursais;

XIX - elaborar proposta orçamentária, a ser incluída no orçamento geral do Poder Executivo;

XX - contratar pessoal mediante concurso público;

XXI - disciplinar a forma de atuação e conduta ética com seus agentes, independentemente do regime de contratação;

XXII - atender ao usuário, mediante o recebimento, processamento e provimento de reclamações e sugestões relacionadas com a prestação de serviços públicos delegados, conforme a regulamentação desta lei, através da Ouvidoria da Agência e em articulação com o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor e com a Ouvidoria do Estado do Paraná;

XXIII - praticar todas as demais ações necessárias à consecução das finalidades da Agência.

Art. 7º - No cumprimento de seus objetivos e no âmbito de sua competência cabem, à Agência, as seguintes atribuições:

I - regular os serviços delegados e proceder sua permanente fiscalização e controle, especialmente nos casos de monopólios naturais;

II - fazer cumprir as disposições regulamentares e contratuais de serviço;

III - realizar audiências públicas periodicamente procedidas de ampla divulgação, com objetivo de imprimir publicidade e avaliação da atuação da Agência e da qualidade dos serviços prestados pelas entidades reguladas;

IV - aprovar planos de investimentos em obras e serviços que repercutam sobre as delegações reguladas pela Agência;

V - receber relatórios sobre a execução de obras e serviços que tenham repercussão sobre a prestação dos serviços regulados;

VI - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar reclamações dos usuários;

VII - exigir diante de condições anômalas do serviço ou do seu prestador, capazes de causar danos à saúde, meio ambiente, segurança e ordem públicas, um plano de ação imediata definindo prazo para sua elaboração e implantação;

VIII - aplicar penalidades regulamentares e contratuais às prestadoras de serviços, nas formas da regulamentação desta lei e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;

IX - proceder a intervenção dos serviços de titularidade estadual, nos termos da regulamentação desta lei, com o objetivo de garantir a continuidade do serviço adequado e eficiente;

X - requerer ao poder concedente a intervenção na prestação de serviço de titularidade federal ou municipal nos termos dos respectivos instrumentos de convênio com objetivo de garantir a continuidade do serviço adequado e eficiente;

XI - assegurar aos usuários ampla informação sobre os serviços públicos requisitados, além de prévia divulgação sobre reajustes e revisões de tarifas;

XII - elaborar relatório anual de suas atividades, nele destacando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo poder concedente e dos planos e políticas setoriais, para envio ao Governador do Estado e à Assembleia Legislativa, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do término do exercício relatado;

XIII - realizar estudos, para propor maior eficiência na prestação dos serviços públicos regulados.

§ 1º - No exercício da atividade regulatória e fiscalizatória, a Agência terá amplo acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econô-

micos e financeiros das prestadoras dos serviços públicos regulados.

§ 2º - As decisões da Agência são dotadas de auto-executoriedade e a eventual obstrução ou desobediência da prestadora de serviço importará em caducidade da delegação, assegurado o princípio do devido processo legal, sem prejuízo da apuração de responsabilidade civil e criminal.

Art. 8º - A Agência poderá assumir parcial ou integralmente, mediante convênio celebrado com órgãos ou entidades de qualquer nível federativo, a outorga de atribuições compatíveis com a sua competência legal, para exercer o poder regulatório e fiscalizatório sobre empresas prestadoras de serviços públicos de titularidade federal ou municipal, independentemente da época ou da natureza do vínculo legal ou consensual originário.

Parágrafo Único - A outorga deverá ser objeto de convênio celebrado com órgãos ou entidades de qualquer nível federativo que, uma vez firmado, submete a respectiva prestadora do serviço público ao disposto nesta lei, sendo deferido à Agência o exercício de sua atividade fora dos limites territoriais do Estado do Paraná.

#### **Capítulo IV**

##### **Da Organização**

##### **Sessão I**

##### **Dos Órgãos de Direção Superior**

Art. 9º - A Diretoria e o Conselho Consultivo, cuja composição atenderá aos critérios definidos nesta lei, são órgãos colegiados de direção superior da Agência.

Art. 10 - Os Diretores e Conselheiros somente perderão seus mandatos nas seguintes hipóteses, constatadas de forma isolada ou cumulativa:

- I - renúncia;
- II - condenação judicial transitada em julgado;
- III - decisão terminativa em processo administrativo disciplinar;
- IV - ausência a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) reuniões alternadas por ano, independente da justificativa apresentada;
- V - demais hipóteses previstas nesta lei.

Art. 11 - Sob pena de perda de mandato, é vedado aos Diretores:

- I - exercer qualquer cargo ou função de controlador, diretor, administrador, gerente, preposto, mandatário, consultor ou empregado de qualquer entidade regulada;
- II - receber, a qualquer título, quantias, descontos, vantagens ou benefícios de qualquer entidade regulada;
- III - tornar-se sócio, quotista ou acionista de qualquer entidade regulada;
- IV - externar opinião publicamente, salvo nas sessões dos respectivos órgãos de direção superior sobre

qualquer assunto submetidos à Agência, ou que, pela natureza, possa vir a ser objeto de apreciação da mesma.

§ 1º - Constatadas as consultas referidas neste artigo, caberá ao Governador do Estado determinar a apuração das irregularidades, através da Procuradoria Geral do Estado.

§ 2º - A infringência do disposto neste artigo, além da perda de mandato, sujeitará o Diretor infrator à multa cobrável pela Agência por via executiva, conforme definido no artigo 321 do Código Penal, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis ou penais aplicáveis.

§ 3º - Os membros da Diretoria deverão, previamente ao provimento no cargo, assinar termo de compromisso, cujo conteúdo espelhará o previsto neste artigo e na regulamentação desta lei.

Art. 12 - No início de seus mandatos e anualmente até o final dos mesmos, os Diretores e Conselheiros deverão apresentar declaração de bens na forma prevista na regulamentação desta lei.

Art. 13 - Até um ano após deixar o cargo, é vedado aos ex-Diretores e ex-Conselheiros representar qualquer pessoa ou interesse perante a Agência.

Parágrafo Único - É vedado, ainda, ao ex-Diretor e ao ex-Conselheiro, utilizar informações privilegiadas obtidas em decorrência do cargo exercido, sob pena de incorrer em improbidade administrativa.

Art. 14 - O Regimento Interno da Agência disciplinará a substituição dos Diretores e dos Conselheiros em seus impedimentos ou afastamentos legais ou, ainda, no período de vacância que anteceder a nomeação de novo Diretor ou Conselheiro.

#### **Seção II**

##### **Da Diretoria**

Art. 15 - A Diretoria da Agência é o órgão de caráter deliberativo superior, responsável por implementar as diretrizes estabelecidas nesta lei e demais normas aplicáveis incumbindo-lhe exercer as competências executiva e de direção, sem prejuízo de outras atribuições que lhe reserva a regulamentação desta lei.

Parágrafo Único - a Diretoria submeterá relatório anual ao Governador do Estado e ao Tribunal de Contas do Estado, nos termos da regulamentação desta lei.

Art. 16 - A Diretoria da Agência será composta por 5 (cinco) Diretores, a saber:

- I - Diretor Presidente;
- II - Diretor de Relações Institucionais;
- III - Diretor de Tarifas;
- IV - Diretor de Saneamento;
- V - Diretor de Energia.

Parágrafo Único - As respectivas funções de cada Diretor serão definidas através do Regimento Interno, cabendo ao Diretor Presidente, além de outras atribuições, o comando hierárquico sobre o pessoal e o serviço, bem como a presidência das sessões da Diretoria da Agência.

Art. 17 - Os Diretores da Agência deverão satisfazer, simultaneamente, as seguintes condições:

I - ser brasileiro;

II - residir no Estado do Paraná durante o período de mandato;

III - possuir reputação ilibada e insuspeita idoneidade moral;

IV - possuir formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual será nomeado.

§ 1º - Além das condições gerais definidas pelos incisos I a IV deste artigo, cada Diretor deverá satisfazer requisitos técnicos vinculados às funções respectivas a serem definidos através de regulamentação desta lei.

§ 2º - Os membros da Diretoria serão indicados pelo Governador do Estado e por ele nomeados, após arguição pública e aprovação por voto secreto promovidas por Comissão Permanente formada por Deputados especialmente designados pela Assembléia Legislativa.

§ 3º - O mandato dos Diretores será de 3 (três) anos, admitida uma única recondução, obedecida a forma prevista no parágrafo anterior, sendo que o Diretor permanecerá no exercício de suas funções após o término de seu mandato, até que seu sucessor seja nomeado e empossado.

§ 4º - Os cargos de Diretor serão de tempo integral e dedicação exclusiva e os mandatos serão não coincidentes.

Art. 18 - A Diretoria contará com um Ouvidor e um Assessor Jurídico para as funções de assessoramento, bem como uma Gerência Administrativa e uma Gerência de Informações para o apoio técnico no cumprimento de suas finalidades.

§ 1º - O Ouvidor será nomeado pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, admitida uma recondução.

§ 2º - O Ouvidor terá acesso a todos os assuntos e contará com o apoio administrativo de que necessitar, assegurada autonomia de atuação e condição plena para desempenho de suas atividades, inclusive no que respeitar a articulação com outros órgãos da Administração conforme dispõe o artigo 6º, inciso XXII, desta lei.

§ 3º - Ao Ouvidor compete produzir semestralmente ou quando oportuno, apreciações críticas sobre a atuação da Agência e os seus funcionários, encaminhando-as à Diretoria, ao Conselho Consultivo, ao Governador do Estado, à Assembléia Legislativa e a outros órgãos públicos dos Poderes Executivo e Legislativo, fazendo publicá-las para conhecimento geral.

§ 4º - O Assessor Jurídico será indicado pelo Diretor Presidente e nomeado pelo Governador do Estado, após referendo da Diretoria, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Art. 19 - Estarão impedidos de exercer cargos de Direção da Agência:

I - acionista com direito a voto ou sócio com participação no capital social de qualquer das entidades reguladas;

II - membro de conselho de administração, conselho fiscal ou diretoria executiva de qualquer das entidades reguladas;

III - controlador, diretor administrador, gerente, preposto ou mandatário de quaisquer das entidades reguladas.

IV - membro do conselho ou da diretoria de associação regional ou nacional, representativa de interesse de qualquer das entidades vinculadas aos serviços sob regulação da Agência, de categoria profissional de empregados dessas entidades, bem como do conjunto ou classe de entidades representativas de usuários de energia e saneamento;

V - empregado, mesmo com contrato de trabalho suspenso das entidades reguladas, respectivas empresas controladoras ou controladas e fundações de presidência de que sejam patrocinadoras.

Parágrafo único - Os impedimentos de que trata este artigo estendem-se às pessoas que mantenham vínculo de parentesco até o segundo grau, em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade com os ocupantes dos cargos descritos nos incisos I a V, deste artigo.

Art. 20 - Os ex-ocupantes dos cargos de Diretoria ficarão impedidos, por um período de seis meses, contados da data de desligamento do cargo, de prestar qualquer tipo de serviço nas entidades reguladas ou na Administração Pública Estadual em qualquer dos setores regulados pela Agência.

§ 1º - Inclui-se no período a que se refere o *caput* eventuais períodos de férias não usufruídos.

§ 2º - Aplica-se o disposto neste artigo ao ex-ocupante de cargos de Diretores exonerados a pedido, se este já tiver cumprido, no mínimo 6 (seis) meses do seu mandato.

§ 3º - Incorre na prática de advocacia administrativa, sujeitando-se às penas da lei, o ex-dirigente que violar o impedimento previsto neste artigo, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis ou penais aplicáveis.

### Seção III

#### Do Conselho Consultivo

Art. 21 - O Conselho Consultivo é órgão colegiado de representação e participação institucionais da sociedade na Agência e será integrado por 11 (onze) conselheiros.

Art. 22 - Os Conselheiros serão designados por Decreto do Governador do Estado, para um mandato de 3 (três) anos, sem direito a recondução e exercerão função remunerada, respeitada a legislação vigente, competindo-lhes:

I - opinar sobre o plano de metas para a universalização dos serviços prestados pelas entidades reguladas, antes do seu encaminhamento ao Governador do Estado, e sobre as políticas setoriais, inerentes aos serviços regulados pela Agência;

II - opinar sobre os relatórios anuais da Diretoria;

III - opinar sobre os critérios de fixação, revisão, ajuste e homologação de tarifas;

IV - requerer informações relativas às decisões da Diretoria;

V - analisar a declaração de bens dos membros da Diretoria;

VI - produzir, em periodicidade anual, apreciações críticas sobre a atuação da Agência, encaminhando o relatório à Diretoria, à Assembléia Legislativa e ao Governador do Estado.

Art. 23 - O Conselho Consultivo será assim composto:

I - um membro de livre indicação do Governador do Estado;

II - um Deputado Estadual de livre indicação da Assembléia Legislativa do Estado;

III - três membros indicados pela Associação dos Municípios do Estado do Paraná;

IV - três representantes das entidades reguladas pela Agência, cabendo às prestadoras de serviço indicar um representante de cada setor regulado;

V - três representantes dos Conselhos dos Usuários das entidades reguladas.

Parágrafo Único - O Conselho será renovado anualmente em um terço.

Art. 24 - O regimento interno da Agência disporá sobre o funcionamento do Conselho Consultivo.

### **Capítulo V**

#### **Do Processo Decisório**

Art. 25 - O processo decisório da Agência obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economia processual de acordo com os procedimentos a serem definidos na regulamentação desta lei, assegurados aos interesses o devido processo legal, com os meios e recursos inerentes.

Art. 26 - As decisões da Diretoria da Agência serão tomadas por maioria simples de votos.

Art. 27 - O processo decisório que implica afetação de direitos dos agentes econômicos dos setores regu-

lados ou dos usuários será precedido de audiência pública convocada pela Agência.

### **Capítulo VI**

#### **Da Atividade e do Controle**

Art. 28 - A atividade da Agência será juridicamente condicionada pelos princípios da legalidade, celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, impessoalidade, igualdade devido processo legal, publicidade, moralidade e eficiência.

Art. 29 - A Agência deverá garantir o tratamento confidencial das informações técnicas, operacionais, econômico-financeiras e contábeis que solicitar as entidades reguladas, nos termos da regulamentação desta lei.

Art. 30 - Os atos da Agência deverão ser sempre acompanhados da exposição formal dos motivos que os justifiquem.

Art. 31 - Os atos normativos somente produzirão efeito após publicação no Diário Oficial do Estado e aqueles de alcance particular após a correspondente notificação.

Art. 32 - Na invalidação de atos e contratos, será garantida previamente a manifestação dos interessados.

Art. 33 - Qualquer pessoa terá o direito de peticionar ou de recorrer contra ato da Agência, no prazo máximo de trinta dias, devendo a decisão da Agência ser conhecida em até noventa dias.

### **Capítulo VII**

#### **Das Receitas e do Patrimônio**

Art. 34 - Constituem receitas da Agência, dentre outras fontes de recursos:

I - recursos oriundos da cobrança da taxa de regulação, pelo exercício do poder de polícia, sobre os serviços regulados;

II - recursos originários do Tesouro Estadual consignado no Orçamento do Estado;

III - produto da venda de publicações, material técnico, dados e informações, inclusive para fins de licitação pública e de emolumentos administrativos;

IV - rendimento de operações financeiras que realizar;

V - recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com entidades, organismos ou empresas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

VI - doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

VII - recursos advindos da aplicação de penalidades;



## VIII - outras receitas correlatas.

Art. 35 - Fica instituída a taxa de Regulação de Serviços de Gás canalizado a ser recolhido mensalmente pelos prestadores de serviço público de distribuição de gás canalizado como receita privativa da Agência mediante aplicação da alíquota de 0,5% (cinco décimos por cento), tomando por base o volume de gás disponibilizado para a distribuição, exceto aquela destinada a geração de energia termelétrica.

Art. 36 - A Taxa de Regulação, a que se refere o artigo anterior será devida pela entidade regulada a partir de 1º de janeiro de 2001 devendo ser recolhida diretamente à Agência em duodécimos, na forma que dispuser a regulamentação desta lei.

§ 1º - A taxa a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser recolhida até o décimo dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

§ 2º - O não recolhimento da taxa no prazo fixado no parágrafo anterior implicará em multa de 2% (dois por cento) e juros moratórios de 1% (um por cento) a cada 30 (trinta) dias de atraso calculados *pro rata* dia, além da incidência da correção monetária, na forma da legislação em vigor sobre o valor que não tiver sido devidamente recolhido no prazo estipulado.

Art. 37 - A remuneração da Agência pela prestação do serviço de regulação no setor de energia deverá respeitar os termos do Convênio firmado entre esta Agência de Regulação e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 38 - A remuneração da Agência pela prestação dos serviços no setor de saneamento deverá respeitar os termos dos Convênios firmados entre esta Agência de regulação e o poder concedente.

Parágrafo Único - Para os fins previstos no artigo 8º desta lei, os municípios, no âmbito da sua competência, deverão instituir previamente à formalização do respectivo convênio com a Agência, a Taxa de regulação de Serviços.

### Capítulo VIII

#### Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 39 - Durante a primeira instalação regular da Diretoria da Agência, os diretores terão mandatos diferenciados de 5 (cinco), 4 (quatro), 3 (três), 2 (dois) e 1 (um) ano, de acordo com os respectivos termos de posse e fixados nos respectivos atos de nomeação.

Art. 40 - Durante a primeira instalação regular do Conselho Consultivo, os Conselheiros terão mandatos diferenciados de 5 (cinco), 4 (quatro) e 3 (três) anos, de acordo com os respectivos termos da posse e fixados nos respectivos atos de nomeação.

Art. 41 - O Poder Executivo, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, enviará à Assembléia Legislativa, projeto de lei dispondo sobre os cargos de provimento em comissão e sobre o quadro de pessoal permanente da Agência.

Art. 42 - Até a realização do concurso público previsto no Art. 6º inciso XX, desta Lei, a Agência será instalada através da cessão de agentes da Administração Pública Direta e indireta, das esferas federal, estadual e municipal.

Parágrafo Único - O Diretor Presidente da Agência elaborará e submeterá à Diretoria, para aprovação, a relação dos servidores públicos a serem requisitados para servir à Agência.

Art. 43 - Enquanto não se efetivar o disposto no artigo 41, desta Lei ficam criados, no âmbito da Agência, temporariamente, os seguintes cargos ou provimento em comissão: 5 (cinco) cargos de Diretor, símbolo AE-1; 1 (um) cargo de Ouvidor, símbolo DAS-1; 1 (um) cargo de assessor Jurídico, símbolo DAS-1; 1 (um) cargo de gerente Administrativo, símbolo DAS-1 E 1 (um) cargo de Gerente de informações, símbolo DAS-1.

Parágrafo Único - Os cargos de provimento em comissão ora criados ficarão automaticamente extintos quando da aprovação do projeto de lei, de que trata o art. 41, desta lei.

Art. 44 - Os instrumentos de delegação da prestação dos serviços públicos de competência da Agência em vigor na data de publicação desta lei permanecem vigentes e submetem-se, para todos os fins ao poder de regulação e fiscalização da Agência.

Art. 45 - A Agência articular-se-á mediante convênio com órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, responsável pelo gerenciamento de recursos hídricos para a outorga de concessão de uso de águas em bacias hidrográficas, que possa afetar a prestação dos serviços públicos delegados.

Parágrafo Único - Para os mesmos fins, a Agência articular-se-á mediante convênio, com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, responsáveis pela regulação, controle e fiscalização de atividades relativas aos setores de meio ambiente, saúde pública e vigilância sanitária.

Art. 46 - O orçamento anual da Agência, que integrará a Lei Orçamentária do Estado do Paraná, nos termos do Art. 133, § 6º, inc. I, da Constituição Estadual, deverá considerar as receitas previstas neste artigo, de forma a dispensar, no prazo máximo de 3 (três) anos, os recursos do Tesouro Estadual.

Art. 47 - Para os fins previstos no Art. 34, inc. II desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir um

crédito especial no montante de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), mediante cancelamento e igual importância em dotações constantes do Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 2001.

Art. 48 - O Poder Executivo adotará as medidas necessárias à implementação da Agência aprovando a regulamentação da presente Lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 49 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 021/2001

Curitiba, 22 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que fica excluída da Delegacia de Ordem social a competência para registro de estabelecimento de hospedagem a qualquer título, de que trata a Lei nº 9.227, de 17 de abril de 1990, alterada pela de nº 9339, de 17 de julho do mesmo ano, e que as atividades atingidas pela exclusão serão realocadas em setores pertinentes no âmbito do Departamento da Polícia Civil, mediante ato do Poder Executivo.

O plano de lei ora encaminhado consulta aos superiores interesses da administração e da coletividade porque, consubstanciando o resultado de estudos conjuntos das Secretarias de Estado da Segurança Pública e do Planejamento e Coordenação Geral, fundamenta-se nos seguintes princípios básicos apresentados através do protocolo sob nº 4.633.164-8:

“1º - Exclui as atividades administrativas burocratizantes das unidades típicas e dinâmicas de ações preventivas e repressivas penais;

2º - Escoimar as atividades regulamentares dessas unidades policiais repassando-as a órgão ligado ao Fun-respol que já dispõe de instrumentos de controle e fiscalização das taxas de segurança; essas medidas oportunas visam, ainda:

a - possibilitar a externalização da polícia judiciária, tirando-as das quatro paredes para remetê-la à proximidade com o cidadão pela ação de presença, investigando, colhendo dados, autuando, etc;

b - afastando as perspectivas decorrentes de ações fiscalizatórias não compreendidas na repressão penal propriamente, de condutas irregulares como soe ocorrer nas funções regulamentaristas”.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica excluída da Delegacia de Ordem Social a competência para o registro de estabelecimento de hospedagem a qualquer título, de que trata a Lei nº 9.227, de 17 de abril de 1990, alterada pela de nº 9.339, de 17 de julho do mesmo ano.

Parágrafo Único - As atividades referidas no *caput* deste artigo serão realocadas em setor pertinente no âmbito do Departamento da Polícia Civil, mediante ato do Poder Executivo Estadual.

Ar. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

## Ofícios:

### OFÍCIOS

Sob o nº CTL/SEEG/178/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei nº:

122/2001 - de autoria do deputado Hermas Brandão, que institui o Fundo Estadual de Cultura- FEC, destinado a provar recursos para atendimento à pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio cultural paranaense, o qual convertido em lei tomou o nº 13.165. **Anote-se. Arquite-se.**

Sob o nº GAB/SARC/MA/784/2001, do senhor Djalmir da Costa Bessa, ordenador de despesas da Secretaria de Apoio rural e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, liberando recursos do convênio com a Sociedade Rural de Maringá. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1426, do senhor Marco Antonio Teixeira, procurador geral de justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, submetendo à apreciação desta Casa de Leis, anteprojeto de lei visando a criação de 40 (quarenta) cargos no âmbito do Ministério Público do Paraná, sendo 28 (vinte e oito) de Procuradores de Justiça e 12 (doze) de Promotores Substitutos em Segundo Grau. **Ao conhecimento da Casa.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 2079

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, com base no artigo 107, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, a transformação do Plenário em Comissão Geral entre os dias 26 a 29 do corrente mês, para apreciar emendas ao Projeto de Lei nº 219/2001, e outras matérias

a serem incluídas na Ordem do Dia, e que não tenham recebido pareceres das Comissões Permanentes.

Sala das Sessões, em 25.06.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Eli Ghellere, Nelson Tureck, Algaci Tulio, Renato Gaúcho, Tony Garcia, Durval Amaral, Ademar Traiano, Elio Rusch, Luiz Fernandes da Silva Litro, José Maria Ferreira, Plauto Miró Guimarães, Waldyr Pugliesi, Cesar Seleme, Luciana Rafagnin, Cezar Silvestri, Basílio Zanusso e Nereu Moura.

#### REQUERIMENTO Nº 2062

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à senhora Sara Izabel Gadorski, do município de Porto Barreiro, pelo doloroso falecimento do senhor Mário Gadorski, ocorrido recentemente.

Sala das Sessões, em 25.06.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do senhor Mário Gadorski, deixou consternada toda a população de Porto Barreiro. Há muitos anos no município, pai exemplar, deixará em todos seus familiares um sentimento de dor e saudade irreparável. A eles deixa também como legado uma vida toda de correção, honestidade.

As pessoas que conviveram com o senhor Mário Gadorski, são testemunhas da sua benevolência e da sua integridade, granjeando com isso uma legião de amigos e admiradores.

Por tudo isso, através deste parlamentar, a Assembleia Legislativa do Estado, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família Gadorski e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

#### REQUERIMENTO Nº 2065

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de pesar à família do senhor Zeninho Pires Martins, ocorrido em função de um infarto fulminante, deixando toda a comunidade do município de Altamira do Paraná mergulhada em profunda comoção.

Requer ainda, que da decisão seja dado ciência à família enlutada (Av. Jaime Canet Júnior, 93 - CEP 85280-000) Altamira do Paraná- PR.

Sala das Sessões, em 25.06.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Radicado em Altamira do Paraná, há aproximadamente 25 anos, constituindo-se em um dos pioneiros a ali

chegar o senhor Zeninho Pires Martins, contabilista com 60 anos de idade, exerceu no Poder Público a função de Tesoureiro do município de Altamira do Paraná no período de 1996 a 2000. Foi também diretor da Câmara Municipal de Vereadores.

Casado com a senhora Wilma Dias, com quem teve 04 (quatro) filhos, deixa a comunidade de Altamira do Paraná mergulhada em profunda comoção.

#### REQUERIMENTO Nº 2066

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do senhor Alfredo Moreira Bonfim, ocorrido no dia 22 de junho do corrente, na cidade de Ivaiporã.

Requer ainda, que do presente se dê ciência a seus familiares através de sua esposa, senhora Anísia Bonfin Borges e aos filhos, Hélio, Jovem, Ivo, Joaquim, Alcides, Elco, Dania, Dolores, Dionísia, Dioná e Elcio Moreira Bonfim, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Tancredo Neves, 4018 - CEP 86870-000 - Ivaiporã - PR.

#### REQUERIMENTO Nº 2078

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento do senhor Antonio Eduardo de Brito, ocorrido no último final de semana, no município de Ponta Grossa.

O senhor Antonio Eduardo de Brito, paranaense de Reserva, nascido em 29 de junho de 1931, foi um dedicado vereador e devido ao seu grande trabalho junto à comunidade, foi eleito prefeito de Ortigueira nos anos de 1960 a 1965. Atualmente era agropecuarista em Ortigueira e residia no município de Ponta Grossa.

Era casado com a senhora Emmy Noernberg de Brito e deixou quatro filhos, Mary Bernadete de Brito Ribas, Álvaro Sady de Brito, Antonio Carlos de Brito e Denyse de Brito Macedo.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.06.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 261/2001

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam introduzidas as alterações constantes desta lei na legislação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações

de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Art. 2º - Ficam outorgados os seguintes créditos fiscais:

I - ao estabelecimento industrial que industrializar as matérias-primas classificadas nas posições a seguir relacionadas da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias/ Sistemas Harmonizado - NBM/SH, desde que recebidas diretamente da usina produtora ou de outro estabelecimento da mesma empresa da usina produtora ou de sua subsidiária, bem como de estabelecimento comercial não equiparado a industrial, nos termos da legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, em montante igual ao que resultar da aplicação sobre o valor da respectiva entrada, dos seguintes percentuais, observado o disposto no § 1º:

7210 Bobinas e chapas zincadas - 6,5%

7212 Tiras de chapas zincadas 0 6,5%

7209 Bobinas e chapas finas a frio, 8,0%

7208 Bobinas e chapas finas a quente e chapas grossas - 12,2%

7211 Tiras de bobinas a quente e a frio - 12,2%

7219 Bobinas de aço inoxidável a quente e a frio - 12,2%

7220 Tiras de aço inoxidável a quente e a frio - 12,2%

II - nas operações interestaduais com produtos de informática e automação que atendam às disposições do art. 4º da Lei nº 8248, de 23 de outubro de 1991 - desde que relacionados em portaria conjunta dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Fazenda, baixada por força do art. 6º do Decreto Federal nº 792, de 2 de abril de 1993 - ou do art. 2º da Lei nº 8387, de 30 de dezembro de 1991 regulamentada pelo decreto Federal nº 1885, de 26 de abril de 1996, no percentual que resulte na carga tributária igual a 7%, observado o disposto nos §§ 2º e 3º.

§ 1º - Com referência ao disposto no inciso I, o crédito outorgado:

a) estende-se ao estabelecimento equiparado as industrial, nos termos da legislação do IPI, em relação às saídas para estabelecimentos industriais, desde que aquela tenha recebido os produtos:

1 - diretamente da usina produtora ou de outro estabelecimento da mesma empresa da usina produtora ou de sua subsidiária;

2 - de outro estabelecimento da mesma empresa ou de empresa interdependente, situados em outra unidade federada;

b) fica limitado ao valor do correspondente serviço de transporte das mercadorias:

1 - da usina produtora até o estabelecimento industrial;

2 - da usina produtora a outro estabelecimento da mesma empresa da usina produtora ou de sua subsidiária e destes até o estabelecimento industrial, devendo, neste

caso, constar no campo "Reservado ao Fisco" da nota fiscal emitida para acobertar a saída com destino à indústria, o valor do serviço de transporte da usina produtora até outro estabelecimento da mesma empresa da usina produtora ou de sua subsidiária;

3 - da usina produtora a outro estabelecimento da mesma empresa da usina produtora ou de sua subsidiária, bem como destes até o estabelecimento comercial, e deste até o estabelecimento industrial, devendo, neste caso, constar no campo Reservado ao Fisco da nota fiscal emitida para acobertar a saída com destino à indústria, o valor do serviço de transporte da usina produtora até outro estabelecimento da mesma empresa da usina produtora ou de sua subsidiária e destes até o estabelecimento comercial;

4 - da usina produtora a outro estabelecimento da mesma empresa da usina produtora ou de sua subsidiária até o estabelecimento equiparado a industrial, nos termos da legislação do IPI, e deste até o estabelecimento industrial, devendo, neste caso, constar no campo Reservado ao Fisco da nota fiscal emitida para acobertar a saída com destino à indústria, o valor do serviço de transporte da usina produtora até outro estabelecimento da mesma empresa da usina produtora ou de sua subsidiária até o estabelecimento equiparado a industrial.

§ 2º - A concessão do crédito outorgado de que trata o inciso II fica condicionada à indicação, no documento fiscal correspondente à operação, dos dispositivos da legislação federal pertinente, estendendo-se também às operações interestaduais:

a) com produtos classificados nos códigos 8471.92.0401 (impressoras de impacto) 8471.92.0500 (terminais de vídeo) 8517.30.0199 (exclusivamente equipamento digital de correio viva voz), 8517.40.0100 (moduladores/demoduladores (modem) digitais - em banda base), e 8542.19.9900 da NBM/SH (exclusivamente circuito de memória e acesso aleatório do tipo RAM, dinâmico ou estático, circuito de memória permanente do tipo EPROM, circuito microcontrolador para uso automotivo ou áudio, circuito codificador/decodificador de voz para telefonia, circuito regulador de tensão para uso em alternadores, circuito para terminal telefônico nas funções de discagem, ampliação de voz e sinalização de chamada);

b - com produtos de informática e automação promovidas por estabelecimento industrial que fabrique ao menos um produto que atenda aos requisitos das leis federais citadas no inciso V.

§ 3º - O tratamento previsto no inciso II, aplicar-se-á também nas saídas dos produtos classificados nos códigos 8473.30.0100, da NBM/SH (Gabinete) e 8504.40.999 da NBM/SH (exclusivamente Fonte de alimentação chaveada para microcomputador) do estabelecimento de fabricantes, independentemente do enquadramento nos dispositivos da legislação federal referida.

Art. 3º - Fica reduzida a base de cálculo nas operações internas com os seguintes produtos, de tal modo que a carga tributária seja equivalente a 7%.

I - fios e tecidos de seda, desde que promovidas por estabelecimento industrial-fabricante localizado neste Estado;

II - embalagens metálicas com capacidade de 900ml, cujos destinatários sejam estabelecimentos industriais que as utilizem no envase de óleos de soja, de milho ou de canola;

III - máquinas, aparelhos e equipamentos industriais adiante arrolados;

a) máquinas e aparelhos para fabricação de pasta de matérias fibrosas celulósicas, para tratamento preliminar das matérias-primas classificadas no código NBM/SH 8439.10.10;

b) máquinas e aparelhos para fabricação de papel ou carta classificadas no código NBM/SH 8439.20.00;

c) partes de máquinas e aparelhos para fabricação de pasta de matérias fibrosas celulósicas, classificadas no código NBM/SH 8439.91.00;

d) partes de outras máquinas e aparelhos para fabricação de pasta de matérias fibrosas celulósicas ou para fabricação ou acabamento de papel ou cartão, classificadas no código NBM/SH 8439.99.00;

IV - tijolo, telha e manilha que, na sua fabricação, tenha sido utilizado argila ou barros como matéria-prima;

V - produtos destinados à merenda escolar, no fornecimento a órgãos da administração pública estadual ou municipal;

VI - produtos de informática adiante arrolados;

a) fonte de alimentação chaveada para microcomputador classificada no código 8504.40.9999 da NBM/SH

b) gabinete classificado no código 8473.30.0100 da NBM/SH;

c) produtos de informática e automação, produzidos por estabelecimentos industriais, que atendam às disposições do Art. 4º da lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 - desde que relacionados em portaria conjunta dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Fazenda, baixada por força do art. 6º do Decreto Federal nº 792, de 2 de abril de 1993 - ou do art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 1885, de 26 de abril de 1996, observado o contido no § 1º;

§ 1º - A aplicação do benefício previsto na alínea "c" do inciso VI deste artigo, dependerá da indicação, no documento fiscal correspondente à operação dos dispositivos da legislação federal pertinente, estendendo-se também às operações:

a) com produtos classificados nos códigos 8471.92.0401 (impressoras de impacto), 8471.92.0500 (terminais de vídeo), 8517.30.0199 (exclusivamente equipamento digital de correio viva voz), 8517.40.0100 (moduladores/demoduladores (modem) digitais - em banda base), e 8542.19.9900 da NBM/SH (exclusivamente circuito de memória de acesso aleatório, do tipo

RAM, dinâmico ou estático, circuito de memória permanente do tipo EPROM, circuito microcontrolador para uso automotivo ou áudio, circuito codificador/decodificador de voz para telefonia, circuito regulador de tensão para uso em alternadores, circuito para terminal telefônico nas funções de discagem, ampliação de voz e sinalização de chamada);

b) com produtos de informática e automação promovidas por estabelecimento industrial que fabrique ao menos um produto que atenda aos requisitos das leis federais citadas na referida alínea "c" do inciso IV deste artigo.

§ 2º - O benefício fiscal previsto neste artigo não acarretará a anulação proporcional dos créditos correspondentes às entradas.

Art. 4º - A base de cálculo é reduzida:

a) para 40,83% nas operações internas de fornecimento de refeições industriais classificadas no código 2106.90.0500 da NBM/SH e demais refeições quando destinadas a vendas diretas a corporações, empresas e outras entidades para consumo de seus funcionários, empregados ou dirigentes;

b) para 58,33% nas operações interestaduais, sujeitas à alíquota de 12%, com farinha de trigo;

c) para 70% nas operações internas de fornecimento de alimentação, exceto bebidas, em bares, cafés e estabelecimentos similares em que haja prestação de serviço.

Parágrafo único - O benefício fiscal previsto neste artigo não acarretará a anulação proporcional dos créditos correspondentes às entradas.

Art. 5º - Ficam isentas do ICMS as operações de saídas internas e interestaduais de software, personalizado ou não, exceto em relação ao valor dos suportes informáticos, mouse, eprons, placas e materiais similares.

Art. 6º - Entende-se o disposto no art. 66 da Lei nº 11.580/96, de 14 de novembro de 1996, aos programas amparados pelo art. 2º da Lei nº 10.689, de 23 de dezembro de 1993.

Art. 7º - Ficam revogadas as alíneas "a" a "d" do inciso III e o § 3º do art. 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 14.12.2000, em relação ao inciso II, e §§ 2º e 3º do art. 2º, ao inciso VI e § 1º do art. 3º e ao art. 7º no que se refere à revogação das alíneas "a" a "c" do inciso III do § 3º do art. 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996; 27.03.2001, em relação ao inciso I e § 1º do art. 2º, ao art. 3º, exceto no que se refere ao seu inciso VI e § 1º, ao art. 4º, exceto no que se refere à sua alínea "b" ao art. 5º e ao art. 7º, no que se refere à alínea "d" do inciso III do art. 14 da Lei nº 11.580, de 14

de novembro de 1996; e da data da publicação em relação aos demais dispositivos.

Parágrafo Único - os benefícios concedidos com efeito retroativo não serão cumulativos com outros benefícios fiscais que estiverem em vigor até a data da publicação desta lei.

Sala das Sessões, em 25.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Tony Garcia, Nelson Tureck, Ademar Traiano e Luiz Fernandes da Silva Litro.

BENEFÍCIO FISCAL	SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA QUE FOI REVOGADA	PROPOSTA DO PROJETO DE LEI
Bobinas, tiras e chapas de aço	crédito presumido equivalente ao valor do frete	restabelece o tratamento tributário anterior
Produtos de informática e automação	carga tributária de 7%	restabelece o tratamento tributário anterior
Fios e tecidos de seda	Alíquota interna de 7% estabelecida em lei	redução da base de cálculo para 7%
Embalagens metálicas	redução de base de cálculo para 12%	Restabelece o tratamento tributário anterior
Máquinas, aparelhos, equipamentos industriais	redução da base de cálculo para 7%	restabelece o tratamento tributário anterior
Tijolo, telha, tubo e manilha de barro ou argila	redução da base de cálculo para 7%	restabelece o tratamento tributário anterior
Produtos destinados à merenda escolar	redução da base de cálculo para 7%	restabelece o tratamento tributário anterior.
Refeições industriais	Carga tributária de 4,89%	restabelece o tratamento tributário anterior
Farinha de trigo	carga tributária de 12%	carga tributária de 7%
Fornecimento de refeições em restaurantes e similares	carga tributária de 12%	restabelece o tratamento tributário anterior
Software	isenção do ICMS	restabelece o tratamento tributário anterior

JUSTIFICATIVA:

Até recentemente o Estado do Paraná, nos moldes de outras unidades federadas, vinha concedendo

tratamento tributário diferenciado às operações com trigo, aos produtos destinados à merenda escolar, às refeições industriais e fornecimento de alimentação em restaurantes e estabelecimentos similares, aos produtos de informática, às bobinas e tiras de aço, aos fios e tecidos de seda, às embalagens metálicas, às máquinas e equipamentos industriais, ao tijolo, telha, tubo e manilha de argila, que permitia às empresas estabelecidas no Estado do Paraná continuar operando e concorrendo em igualdade de condições com as localizadas em outros Estados.

Entretanto, os efeitos de liminar concedida ao Estado de São Paulo, em ação direta de inconstitucionalidade ajuizada contra a concessão dos citados benefícios fiscais pelo Paraná, acabou redundando na revogação dos mesmos.

Assim, tendo em vista a urgência de que se reveste o assunto, uma vez que tal situação vai redundar em prejuízos diretos aos cidadãos e à economia paranaense, é que apresentamos o presente projeto de lei que busca garantir aos contribuintes paranaenses o mesmo tratamento tributário que vem sendo dado por outros Estados.

Ademais, estamos estendendo o disposto no art. 66 da Lei nº 11.580/96, aos programas amparados pelo art. 2º da Lei nº 10.689/93, e revogando alguns dispositivos da Lei nº 11.580/96, que estão recebendo novo tratamento tributário neste projeto.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 263/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual - O Rocio Futebol Clube, com sede e foro na comarca de Palmeira- PR.

Art. 2º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.03.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação do Rocio Futebol Clube, do município de Palmeira, entidade fundada em 24 de janeiro de 1982, sob o comando de sua atual diretoria, vem desenvolvendo um excelente trabalho direcionado ao bem-estar dos seus associados e suas respectivas famílias, com cursos, encaminhamento aos postos de saúde, distribuição de cestas básicas, palestras e preparação dos mesmos para capacitação no mercado de trabalho local.

## PROJETO DE LEI Nº 264/2001

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Santa Terezinha do Menino Jesus, do município de Primeiro de Maio, com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.06.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

## JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente Santa Terezinha do Menino Jesus, é uma entidade civil sem fins lucrativos, que tem por finalidade o desenvolvimento de ações que favoreçam famílias carentes.

Além de levar às famílias conforto e estímulo cristão, humanitário, a sociedade realiza várias promoções para angariar mantimentos, roupas e fundos, como bem esclarece o relatório de atividades anexo ao presente.

Mesmo com arrecadação destes recursos, há que se ressaltar que a entidade necessita de repasse de valores por parte de órgãos públicos municipais, estaduais e federais para sua manutenção.

Portanto, para se habilitar junto aos mesmos, necessita da Lei de Utilidade Pública.

## PROJETO DE LEI Nº 265/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - Idaec, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

## JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - Idaec, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais, que ora encaminha para que seja declarado de Utilidade Pública Estadual, foi criado em 09/09/1999, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de desenvolver programas nas áreas da assistência social, e da saúde, visando a recuperação integral da pessoa humana, registrado sob nº 4941, Livro A/2 de Pessoas Jurídicas, e inscrito no CNPJ sob o nº 04.475.005/1111-21, estando em pleno funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias.

A instituição em apreço, além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolve programas voltados às áreas da assistência social, e da saúde, além de outros programas de organização e desenvolvimento da comunidade, inclusive cursos profissionalizantes, contribuindo com órgãos públicos, entidades congêneres e demais segmentos organizados da sociedade, atendendo o disposto em seu estatuto, conforme relatório de atividade anexo.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em epígrafe, além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

## PROJETO DE LEI Nº 266/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Guaíra - AAPG, com sede e foro no município de Guaíra, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

## JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Aposentados e Pensionistas de Guaíra - AAPG, que ora encaminha para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de desenvolver programas nas áreas da assistência social, da educação, da cultura, visando a integração total da classe assistida à comunidade.

A instituição em apreço, além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolve programas voltados às áreas da assistência social, da cultura, do esporte, e do lazer, contribuindo com órgãos públicos, entidades congêneres e demais segmentos organizados da sociedade, atendendo o disposto em seu estatuto.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em epígrafe, além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

## PROJETO DE LEI Nº 267/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - É concedido passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo intermunicipal.

§ 1º - As empresas concessionárias, permissionárias e autorizatárias de transporte intermunicipal de pas-

sageiros reservarão dois assentos de cada veículo, destinado a serviço convencional, para ocupação das pessoas beneficiadas no *caput*.

§ 2º - Na hipótese de nenhum deficiente beneficiário do passe livre demonstrar interesse em viajar, até seis horas antes do início da viagem, as concessionárias, permissionárias e autorizadas, prestadoras dos respectivos serviços de transporte de passageiros, poderão colocar à venda os bilhetes dos assentos reservados.

Art. 2º - Para efeitos desta lei, considera-se:

**I - sistema de transporte coletivo intermunicipal**

- os serviços de transporte rodoviário, ferroviário intermunicipal de passageiros;

**II - deficiência** - toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

**III - deficiência permanente** - aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos;

**IV - incapacidade** - uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida;

**V - pessoa portadora de deficiência comprovadamente carente** - aquela que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família;

**VI - passe livre** - documento fornecido às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, que preencham os requisitos estabelecidos nesta lei, para obtenção da gratuidade no sistema de transporte coletivo intermunicipal de passageiros.

Art. 3º - É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

**I - deficiência física** - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membro com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções;

**II - deficiência auditiva** - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras variando de graus a níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis (db) - surdez leve;
- b) de 41 a 55 db - surdez moderada;

- c) de 56 a 70 db - surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 db - surdez profunda; e
- e) de anacusia;

**III - deficiência visual** - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snelhen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

**IV - deficiência mental** - funcionamento intelectual significativamente inferior à média com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidade adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidade acadêmica;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

**V - deficiência múltipla** - associação de duas ou mais deficiências.

Art. 4º - Para fazer jus ao benefício do passe livre no sistema de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, o beneficiário portador de deficiência deverá comprovar que é portador de deficiência que o incapacite para a vida independente e para o trabalho e que não possui meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

Art. 5º - O benefício de que trata esta lei deverá ser requerido junto à Secretaria de Estado dos Transportes do Paraná.

§ 1º - A Secretaria de Estado dos Transportes deverá disponibilizar os formulários de requerimento do benefício, bem como enviá-los para as prefeituras municipais de todo Estado, juntamente com as informações sobre o benefício.

§ 2º - A apresentação de documentação incompleta não constitui motivo de recusa liminar de requerimento do benefício.

Art. 6º - O formulário de requerimento deverá ter as seguintes informações:

- I - nome;
- II - número do RG, data da emissão, órgão emissor e unidade federação;
- III - data de nascimento;
- IV - endereço completo com rua, número, bairro, cidade, CEP, telefone e outras informações complementares;
- V - profissão;
- VI - salário individual e renda familiar;

§ 1º - O formulário conterá o seguinte texto: "Senhor Secretário, venho à presença de Vossa Senhoria, requerer a concessão do Passe Livre nos termos desta lei, para fins de isenção tarifária no sistema de transporte



coletivo intermunicipal de passageiros, nos modais rodoviários, ferroviário e aquaviário. Declaro possuir renda familiar mensal *per capita* igual ou inferior a dois salários mínimos, nacional, estando enquadrado na situação de carência definidos na lei acima citada.

Afirmo, sob as penas da lei, que as informações acima são verdadeiras e de minha exclusiva responsabilidade.

Nestes termos, peço deferimento.”

§ 2º - O formulário será assinado pelo solicitante ou por seu representante legal.

§ 3º - No caso do solicitante ser analfabeto será admitida a aposição de impressão digital, mais a colocação do nome, RG e assinatura de duas testemunhas.

§ 4º - A apresentação de documentação incompleta não constitui motivo de recusa liminar de requerimento do benefício.

§ 5º - A existência de formulário próprio não impedirá que seja aceito qualquer requerimento pleiteando o benefício, sendo, entretanto, indispensável que nele constem os dados imprescindíveis ao processamento.

Art. 7º - O solicitante deverá anexar ao formulário um documento de identificação, dentre os seguintes:

- I - certidão de nascimento;
- II - certidão de casamento;
- III - certidão de reservista;
- IV - carteira de identidade;
- V - carteira de trabalho e previdência social; e
- VI - certidão de inscrição eleitoral.

Art. 8º - A deficiência será comprovada mediante avaliação e laudo expedido por serviço que conte com equipe multiprofissional do Sistema Único de Saúde - SUS ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; ou o beneficiário poderá apresentar, no mínimo, um parecer técnico emitido por um profissional da área médica; ou ainda de avaliação emitido por uma entidade de reconhecida competência técnica.

Art. 9º - A Secretaria de Estado dos Transportes confeccionará e enviará uma carteira de identificação padronizada para aquelas pessoas que tiverem o direito ao Passe Livre.

Parágrafo Único - O beneficiário será indeferido, caso o requerente não atenda às exigências contidas nesta lei.

Art. 10 - A infração ao disposto nesta lei sujeitará as empresas de transporte intermunicipal concessionárias, permissionárias ou autorizadas, prestadoras do serviço público, a multa de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a R\$10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo Único - As penalidades de que trata este artigo serão elevadas ao dobro, em caso de reincidência.

Art. 11 - Compete à Secretaria de Estado dos Transportes regulamentar, fiscalizar e aplicar as penalidades da presente lei.

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.2001.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei pretende estender para o Estado do Paraná um benefício ao portador de deficiência, comprovadamente carente, que já é conhecido no nosso País.

A Lei Federal nº 8.899, de 29/06/1994 concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual. O Decreto Federal nº 3.691 de 19/12/2000 e a Portaria do Ministério dos Transportes nº 01/2001 de 09/01/2001 regulamentam a concessão deste benefício.

O benefício concedido pela lei federal é somente para o transporte coletivo interestadual. O objetivo do nosso projeto é o de estender este benefício para o transporte coletivo intermunicipal.

Este benefício irá auxiliar muitas pessoas portadoras de deficiência que não possuem condições financeiras para viajar, assim como sua família não tem condições de lhe ajudar. Há a necessidade de ressaltar que na maioria das vezes, estas viagens são para tratamento de saúde em outros municípios.

O direito do passe livre será dado àquelas pessoas que possuem deficiência física, mental, auditiva ou visual comprovadamente carentes, ou seja, que tenham renda familiar *per capita* igual ou inferior a dois salários mínimos.

Para ter este direito, a pessoa portadora de deficiência terá que fazer um requerimento à Secretaria de Estado dos Transportes anexando documentos que o identifique, bem como documento comprovando a deficiência.

O beneficiário terá direito à gratuidade no transporte coletivo convencional intermunicipal por ônibus, trem ou barco e não vale para transporte coletivo urbano.

O objetivo do projeto é quebrar qualquer barreira de locomoção para a pessoa carente portadora de deficiência no sentido de integrá-la na sociedade.

Ante ao exposto, solicito o voto favorável dos nobres pares para aprovar este justo benefício à pessoa portadora de deficiência.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Concedo a palavra ao senhor deputado Orlando Pessuti, no Pequeno Expediente.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde para rapidamente cobrar mais uma vez uma ação eficaz e definitiva por

parte do governo do Estado do Paraná, com relação à vacinação dos animais existentes na Fazenda Sete mil, localizada no município de Jardim Alegre. Essa fazenda, cujo nome oficial é Fazenda Corumbataí, foi ocupada há cerca de cinco anos pelo Movimento Sem-Terra do Estado do Paraná, e estamos enfrentando naquela região um problema muito sério, que é a dificuldade de vacinação do rebanho.

E temos pedido - já falei com os integrantes do Movimento Sem-Terra do Paraná diversas vezes, já cobramos da Secretaria da Agricultura entendimento com o MST, já pedimos à Secretaria da Segurança Pública providências, já pedimos ao Ministério da Agricultura, através do doutor Ailton Santos Silva - providências, e o que nos traz à tribuna na tarde de hoje, é o fato de que, nesta última sexta-feira, técnicos da Secretaria da Agricultura, mais representantes do proprietário da área, senhor Flávio Pinho de Almeida, e representantes do MST, utilizando-se dos helicópteros do governo do Estado do Paraná, sobrevoaram e filmaram, fotografaram toda a área da fazenda para que, após a elaboração do material oriundo dessas filmagens, possam chegar a um denominador comum com referência à vacinação do rebanho.

Devo dizer que já avançamos bastante nas conversações entre proprietários, entre integrantes do MST e governo do Estado do Paraná, mas não podemos esperar mais, senhor presidente, senhores deputados, porque esse rebanho, estimado em cerca de cinco mil cabeças, já há algum tempo não vem sendo vacinado com regularidade, com eficiência.

O deputado Plauto Miró Guimarães se lembra, inclusive, de uma reunião por ele presidida, da qual participamos - a deputada Luciana Rafagnin também participou - quando discutíamos a questão da contribuição sindical e que um dos integrantes daquela reunião, vindo ali da Região dos Campos Gerais, fez a nós o questionamento acerca desse problema de não vacinação do rebanho bovino existente na Fazenda Corumbataí, Sete mil, no município de Jardim Alegre, ali divisando com Novas Tebas, com Iretama, com Godoy Moreira, com jardim Alegre e Arapuã.

Então, faço mais uma vez esse apelo ao governo do Estado - ainda hoje de manhã conversei por telefone com o secretário Poloni, pedindo-lhe que envide esforços e todo o entendimento necessário com o MST, com o Ministério da Agricultura, com a Secretaria da Segurança Pública, com o proprietário da área, com o Exército brasileiro - se for o caso - para que possamos resolver o problema. Falo em Exército brasileiro, porque foi essa a reivindicação apresentada pelos Conselhos de Sanidade Animal daquela região: Manoel Ribas, Ivaiporã, Jardim Alegre, São João do Ivaí, Faxinal - todos eles subscreveram, os representantes desses conselhos, que se dê àquela área um tratamento igual àquele que é dado às áreas de fronteira. Portanto, nada mais do que exigir a presença do Exército brasileiro, para que eles, a seguir, assegurem as

condições necessárias, para que o rebanho bovino daquela propriedade seja vacinado.

Faço este apelo, inclusive ao líder do Governo, ao presidente da Comissão da Agricultura, que integra a Bancada do Governo, para que intermediem também, junto aos secretários Poloni e Tavares, para que adotem as providências o mais rapidamente possível, porque fomos informados que, neste final de semana, possivelmente 29 ou 30, estará em Curitiba, o presidente da Organização Internacional de Epizootias, que é quem nos concedeu justamente o certificado de área livre de febre aftosa com vacinação.

Imaginem, vindo aqui o francês, presidente da Organização Internacional de Epizootias, para ver o nosso trabalho e chegar aqui e deparar com a informação de que no Vale do Ivaí, no centro do Paraná, existe uma propriedade com sete mil alqueires, onde mais de cinco mil animais devam lá estar ainda sobrevivendo e que esses animais não são vacinados. Qual a impressão que se levará do Paraná? Qual a impressão que se colherá do nosso Estado?

Por isso que ainda hoje pretendo fazer um apelo aos dirigentes do MST do Paraná. Já o fiz ao secretário Poloni. Pretendo, depois, conversar com o secretário Tavares, porque é evidente que, nos processos de vacinação, é exigido sempre da parte do MST e de outros, que se dê a segurança necessária.

Portanto, faço esse apelo. Espero que, no decorrer desta semana, possamos ver todos aqueles animais vacinados, porque o Departamento de Fiscalização e o Departamento de Saúde Animal da Secretaria de Agricultura estão estruturados, para, juntos com o Ministério da Agricultura, no momento em que for consentida a entrada desses profissionais, de operários, peões, para fazer o arrebanhamento dos bovinos, imediatamente, eles estarão lá, para executar a vacinação, com agulha oficial - como se chama, já que vai ser feita pela Secretaria da Agricultura - e desta forma deixaremos de correr o risco.

Agradeço a atenção dos companheiros.

Mais uma vez, peço ao presidente da Comissão da Agricultura, líder do seu partido também, deputado Plauto, para que tome as providências, em nome da bancada do Governo.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não havendo mais oradores inscritos no pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao deputado Neivo Beraldin.

#### O SR. NEREU MOURA

Pela ordem, senhor presidente.

#### (Assentimento)

Quero registrar apenas, com muita alegria, a presença do meu velho amigo Dilair Pizon, de sua esposa Fátima Pizon, bem como do Rosalino, que são moradores do município de Boa Esperança do Iguaçu e que se encontram aqui na tribuna de honra, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Devidamente registrado, deputado Nereu Moura.  
Está com a palavra, o deputado Neivo Beraldin.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Senhor presidente, senhores deputados.

Venho a esta tribuna abordar um tema e uma personagem difícil, pela sua estatura, complexidade e amplitude. Vou falar sobre o maior dos brasileiros vivos, o mais idolatrados de todos os irmãos de terra e de costumes. Vou falar sobre Edson Arantes do Nascimento, o Pelé.

Um personagem que circula em todas as enciclopédias escritas como o atleta do século. O ser humano que mais perto chegou da perfeição do esporte, que durante anos deixou milhões de espectadores que tiveram a felicidade de vê-lo jogar futebol. Todos os recordes possíveis foram alcançados por Pelé que com 17 anos de idade foi campeão mundial e dali para frente não parou de levantar taças e conquistar títulos. Pela bênção de Deus, o menino humilde do interior brasileiro, chegou ao topo do mundo, mostrando um talento incompatível, uma fibra incrível, um caráter de vencedor, coisas para acontecer num mesmo homem. O estrelato nada mudou na vida de Pelé, possivelmente durante décadas foi o ser humano mais reconhecido do Planeta.

Conta o jornalista Sebastião Néri, que, convidado pelo governo russo, chegou lá para ver uma obra hidrelétrica, num canto do mundo, a 50º negativos, onde só habitavam os que ali trabalhavam. No refeitório, foi apresentado como um companheiro brasileiro. No fundo da sala, ouviu-se uma voz: “Pelé, Brasil, Pelé, Pelé”. Em seguida, uma salva de palmas que colocou o jornalista em prantos. Em qualquer canto da Terra, Pelé era Brasil, Brasil era Pelé.

Por tudo isso, pensei em encontrar um mito e não um homem como nós, quinta-feira passada, na casa dos meus amigos, Débora e Álvaro Dias. Enganei-me. Um rei, coberto de glórias, estava lá sentado, pacientemente, numa mezinha, dando autógrafos a uma fila de jornalistas e amigos do senador. Ele passou horas, tendo uma palavra de carinho com quem chegasse perto, para conhecê-lo ou cumprimentá-lo. Jamais esquecerei sua postura, seu carisma, sem qualquer traço de arrogância ou soberba, um rei que veio do povo, um rei escolhido por aclamação, por méritos, um rei de verdade, não um rei de herança.

Deixou-se fotografar, sempre com um sorriso permanente, ao lado de todos que desejavam. Já no final da reunião, por iniciativa própria, Pelé dirigiu-se à cozinha cumprimentar, como diz ele: “A minha gente”. Não esqueceu a origem modesta, nem esqueceu o Brasil real, o País dos humildes, dos sofrendores, que têm no futebol a sua alegria maior e o momento maior da sua glória. Aí, todos que viram a cena se emocionaram, no meio de prantos, Pelé passou para muitos fotografias com o sorriso autêntico de quem ama o seu povo.

Terminou com palavras de agradecimentos e elogio pela sua postura, pronunciados pela anfitriã, Débora Dias.

Uma noite inesquecível onde tive uma lição de que nem tudo está perdido neste Brasil sofrido e tão maltratado por seus dirigentes. Álvaro, presidindo a CPI do Futebol no Senado, vai pôr ordem nos campos e limpar o esporte que é a nossa grande paixão. E aqui nesta Casa, uma imagem do rei Pelé correu o mundo globalizado na mídia instantânea. O que chorou quando lembrou o pai e a primeira Copa do Mundo que conquistou em sua homenagem.

Nada mais a dizer, depois daquele momento de tão forte simbolismo. Pelé se propôs a somar com Álvaro Dias para reordenar nossas leis e ajustar as regras do esporte mais popular do universo. Em nome dos paranaenses, creio que posso dizer que contem conosco pelas mudanças que todo País deseja.

Enfim, senhores, gostaria de ter tido tempo para me deter mais sobre essa figura, sobre esse ser humano chamado Pelé. Digo isso por ter tido a oportunidade de ver e sentir o seu comportamento enquanto ser humano, o homem grande, grande porque sabe que a maior virtude do homem é a simplicidade, e ele tem todas essas características como o único desportista e talvez o único vivente da terra conhecido em qualquer canto do mundo.

É o homem que dá exemplo a cada passo, a cada aperto de mão, a cada olhar que remete, podemos descrever, é o homem do próprio desígnio de Deus para que venha aqui dar alegria aos mais humildes, porque os mais humildes, todos, mas sobretudo os mais humildes se encantam quando vêem o seu líder, o seu rei, o seu exemplo passar, e onde passa, Pelé com certeza deixará esta mensagem e esta fotografia no olho humano, que é fotografado instantaneamente para o crescimento pessoal de cada um.

A Assembléia também é composta de 54 excelências, se são excelências é porque têm que ser um exemplo também aonde passam. Longe de querer fazer uma alusão comparando Pelé aos deputados, mas todos que têm uma certa liderança, todos que têm um espaço maior na vida, evidentemente destinados por Deus, todos têm que respeitar.

Senhor presidente, lamento, vou encerrar o meu pronunciamento pelo seguinte: raras são as vezes que se consegue concluir o raciocínio, não quero me referir aos que estão agora aqui, mas os visitantes usam o telefone celular, falam alto, não está harmônico.

Na minha casa, meu pai quando falava, a família escutava. Diz-se que quando um fala o outro escuta. Sobretudo os que estão mais perto de quem usa a tribuna. Será possível? Todo mundo fala alto, você não consegue desenvolver o raciocínio, absolutamente, até parece que fazem de propósito!

Senhor presidente, mesmo assim não vou permitir que esses poucos minutos possam perder-se em vão, para dizer uma coisa.

Nós fomos a Adrianópolis, junto com o deputado Algaci Tulio e começamos um trabalho sobre a intoxicação de chumbo no sangue das crianças de Adrianópolis. Fizemos uma reunião lá, fizemos várias aqui, e fizemos alguns requerimentos que foram encaminhados à Secretaria do Meio Ambiente, à Secretaria da Saúde e tantos outros, e até agora - desculpe ter sido um pouco espontâneo, é que eu sou assim mesmo, eu sou verdadeiro, cem por cento, procuro ser. Até aqui estava difícil, agora está bom, o senhor está de parabéns.

Então, lá em Adrianópolis, solicitamos informações oficiais a fim de que a Comissão de Meio Ambiente pudesse dar prosseguimento aos trabalhos.

A deputada Luciana Rafagnin também esteve conosco em várias reuniões, e até agora, a Secretaria do Meio Ambiente, os órgãos oficiais do Estado não responderam aos nossos requerimentos.

Concedo aparte ao deputado Algaci Tulio.

Tenho dito, não só na tribuna, mas em entrevistas, que Vossa Excelência tem sido um deputado trabalhador. Está sempre presente e pronto. Vossa Excelência foi conosco e subiu aquele espaço difícil, acompanhou o trabalho e está sempre junto.

Com maior prazer lhe concedo aparte.

#### O Sr. Algaci Tulio

Obrigado, deputado Neivo Beraldin. Gostaria de dizer que nós não fazemos mais do que a obrigação, como homem público, de cumprir com o nosso trabalho e agenda, e acima de tudo, com a responsabilidade que temos aqui nesta Casa, de bem representar o povo do Paraná.

Quando Vossa Excelência fala, primeiro, quero dizer que a vinda do Pelé foi um marco extraordinário para esta Casa. Pelé, com a sua agenda sempre lotada, não tem tido disponibilidade para muitos lugares, mas veio aqui, acompanhado pelo senador Álvaro Dias, presidente da CPI, veio acompanhado pelo senador Astolfo, de Santa Catarina. A CPI fez uma Sessão Extraordinária aqui em Curitiba e o que é importante destacar, muito embora alguns meios de comunicação tenham dito que a CPI não disse a que veio, não trouxe soluções, na verdade, ela veio buscar soluções.

Veio buscar elementos para poder completar o seu relatório e assim foi que árbitros de futebol, cronistas esportivos, presidentes de clubes, a população de um modo geral, puderam se posicionar, puderam entregar aos senhores e puderam falar diretamente com Pelé e eu tive essa oportunidade de falar diretamente com Pelé naquela sessão, e eles puderam passar algumas sugestões para melhorar o futebol brasileiro.

Quando eu falo em futebol, falo de cadeira, porque a minha iniciação na imprensa foi na área esportiva. Trabalhei na área esportiva por mais de 12 ou 13 anos, transmitindo futebol, fazendo reportagens. Conheço bem essa área também e sem dúvida alguma, está na hora de repensar o futebol brasileiro.

Não é possível mais conviver com tantos desmandos, com tanta politicagem no futebol, onde poucos ganham muito e muitos ganham pouco.

Alguns dirigentes se aproveitam, alguns empresários ganham dinheiro extraordinário e, como disse o Pelé, antigamente se sabia de cor e salteado a escalação da Seleção Brasileira ou do time de futebol. Se se perguntar a alguns torcedores de times do Paraná, se é capaz de dar a escalação completa do Coritiba, do Atlético ou do Paraná Clube, confesso que nem do Paraná Clube eu consigo dizer a escalação completa. Não sei se o deputado Vanhoni seria capaz de dizer a escalação completa do Atlético e nem o deputado Orlando Pessuti. Quer dizer, estamos perdendo a identidade no futebol.

Antigamente, o jogador nascia no clube, era preparado no clube e defendia aquele clube durante anos e anos. Quem não sabia que o Tico foi zagueiro central do Colorado, do Clube Atlético Ferroviário, quem não sabia que o Jackson foi meio-campo do Atlético Paranaense? quem não sabia que o Fedatto foi o grande zagueiro do Coritiba e da Seleção Brasileira de Futebol?

Hoje em dia, ninguém lembra mais, ninguém é capaz de dar uma escalação completa de um time de futebol. Até o pessoal da imprensa a cada instante, vê a escalação diferenciada.

Então o Pelé dizia com muita propriedade: todo o mundo sabia que o Garrincha era do Botafogo, todo mundo sabia que o Dida era do Flamengo e assim por diante. Hoje está muito difícil, mas acho que a vinda do Pelé foi, acima de tudo, um prêmio para esta Casa. Foi a possibilidade que se deu à própria imprensa esportiva, em especial, ocuparem, entrevistarem o Pelé, saberem da sua posição em relação ao futebol brasileiro, enfim, foi muito oportuna a vinda, aqui da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado.

Tenho certeza que, com o que levaram daqui, vão fortalecer mais esse relatório final.

Em relação ao que Vossa Excelência falava agora, da questão de Adrianópolis: veja, deputado, o quanto importante foi a nossa ida até lá. Nós chamamos a atenção sobre um fato que estava esquecido. Ninguém mais mexia neste assunto. Era uma ferida que ninguém mais queria botar o dedo.

E fomos lá contrariando interesses, porque até alguma ameaças sofremos nesse período em que lá estivemos e até aqui mesmo, na Assembléia. Ao invés de sermos os interrogadores, quase que fomos interrogados pelas pessoas que trouxemos aqui, na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

Nós trouxemos ao Paraná, à imprensa do Paraná e a esta Casa o grande problema que vive hoje a cidade de Adrianópolis.

Uma região rica de minérios, que foi em anos passados e tem até hoje, mas que os americanos, os franceses foram lá, exploraram, levaram a riqueza, e deixaram a pobreza, deixaram a miséria, e deixaram acima de tudo, a doença.

Por isso que estranho hoje deputado Neivo Beraldin, quando no sábado a “Folha do Paraná” divulga “Chumbo contamina solo e água no Paraná”.

E foi o que denunciávamos, mas o que me surpreende é que a nossa comissão questionou o IAP, pediu para que o IAP nos encaminhasse laudo, relatórios do que estava sendo feito lá em Adrianópolis, e até hoje a comissão não recebeu.

No entanto, na matéria da Folha do Paraná -”.... laudo do IAP atesta contaminação causada por resíduos de chumbo abandonados por mineradoras, em Adrianópolis”.

Quer dizer para a imprensa, já tem o resultado.

Para esta Casa senhor presidente, que regimentalmente fez os pedidos pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, ainda não veio o resultado.

Então, apelo a Vossa Excelência, deputado Neivo Beraldin, que se faça aqui, um chamamento, pois temos apenas uma semana de trabalho nesta Casa. Mas quem sabe seja hora de fazermos uma reunião da Comissão para amanhã, para quarta-feira ou para quinta-feira, para que possamos questionar o IAP.

Como é que para a comissão não tem o resultado, não tem os laudos e a imprensa já está dando essa deliberação da matéria?

Isto prova, na verdade, que o que levantamos lá, era tudo verdadeiro. Tem gente doente, tem gente contaminada, a terra está contaminada, a água está contaminada, e no entanto ninguém faz absolutamente nada.

Era isso que gostaria de falar a Vossa Excelência neste aparte que faço ao seu pronunciamento.

#### O SR. NEIVO BERARDIN

Muito obrigado pelo apertado; acolho com maior prazer. Agora, quando chamava atenção da falta de atenção para determinados assuntos, é exatamente isso que a imprensa talvez, ou o IAP estejam vendo da Assembléia:

“É melhor passarmos para a imprensa do que passarmos para a Assembléia porque a Assembléia pode esquecer os assuntos”. Só que não é o nosso propósito enquanto presidente da Comissão do Meio Ambiente e nem da deputada Luciana, que tem sido constantemente presente, deixar os assuntos de lado.

Fizemos todo um trabalho sobre Adrianópolis, ouvimos os médicos, ouvimos o engenheiro da época e fizemos com que o Ministério Público acompanhasse o nosso trabalho, que foi muito bem feito até aqui, e está sendo bem feito.

Só que chegamos num ponto em que teríamos que acionar a Justiça sobre a omissão na área da saúde.

Alguém tem que ser responsabilizado pelo que aconteceu e está acontecendo em Adrianópolis.

Por isso, precisamos do laudo conclusivo, que é de fundamental importância para que a comissão encaminhe para a Justiça.

Agora, se o IAP já fez o seu relatório, que nos encaminhe, que servirá como peça documentária para

uma ação civil pública, que aí vamos responsabilizar os 20 proprietários, dos últimos vinte anos, a Plumbo do Brasil, a Adubos Trevo e não sei mais o quê, não sei mais o quê. Todos terão uma responsabilidade civil pública, desde que constatado um diagnóstico provando que há prejuízo humano para aquela população.

Então, deputado Algaci Tulio, estamos trabalhando de uma forma conseqüente, da melhor forma possível, com os membros da Comissão de Meio Ambiente, permanentemente, sobretudo destaco, mais uma vez, a deputada Luciana Rafagnin, que, aliás deputada, tenho um enorme prazer em ter conhecido a senhora aqui, como deputada. Gostaria eu de chegar ao sudoeste, na sua região, e dizer que a senhora é uma grande deputada, mesmo tendo pouco período aqui dentro, mas está sempre atenta aos assuntos de interesse do povo, está sempre presente nas reuniões e tem muito interesse público e tem vocação.

Por isso, eu quero cumprimentar Vossa Excelência e eu gostaria de chegar a Beltrão, um dia, para poder dizer isso para a sua comunidade.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Horário das Lideranças: PL; PSB; PSC; PST; PSL; PPS; PDT; PT; PPB.

**(Todos declinam)**

PMDB.

Com a palavra, o deputado Nereu Moura.

#### O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, amanhã pretendo fazer um pronunciamento nesta Casa, abordando a situação do senhor Alcení Guerra, que já saiu do Governo Federal marcado por denúncias de corrupção; agora sai da Prefeitura de Pato Branco também com um currículo invejável ao governo Jaime Lerner, porque na verdade, as denúncias que se tem em relação a Alcení Guerra, são as mais graves, chegando a Câmara Municipal rejeitar as suas contas e o Ministério Público oferecer denúncias à Justiça por ilícitos e imorais, de práticas imorais do senhor Alcení Guerra frente à Prefeitura de Pato Branco.

Amanhã quero relatar aos senhores deputados a desastrosa atuação deste cidadão que já infelicitou o povo do Brasil, na curta passagem frente ao Ministério da Saúde, no desastrado governo Collor de Mello, e agora na Prefeitura de Pato Branco, e também aqui representando o governo Jaime Lerner.

Aliás, por falar em Jaime Lerner, eu queria dizer aqui, a esta Casa, que o governador Jaime Lerner, através do líder Durval Amaral, convidou um deputado de Oposição para acompanhar Sua Excelência no turismo que ele fará aos Estados Unidos e à Itália.

Mais uma viagem, a quadragésima do governador Jaime Lerner, que, aliás, diga-se de passagem, é o que ele gosta de fazer e é o que ele faz com competência, sobejamente com competência: viajar para o exterior, conhecer

países, conhecer novidades dos países do primeiro mundo, encantar-se com aquilo que acontece na Europa, nos Estados Unidos, e esquecer do seu governo aqui no Paraná, que tanta tristeza tem causado ao povo do nosso Estado.

Mas, quero dizer ao deputado Durval Amaral, que em nome da Oposição, nós agradecemos o convite. E queremos, deputado Durval Amaral, sabemos que Vossa Excelência não é garoto de recados, mas que Vossa Excelência, como líder do Governo, diga ao governador Jaime Lerner que se quisermos fazer turismo, iremos fazer às nossas custas e não com o dinheiro do povo do Paraná.

Nós, quando quisermos viajar para os Estados Unidos, ou para a Itália, iremos com o nosso dinheiro, que recebemos aqui, e iremos viajar, mas não com o dinheiro do povo, do Estado, que precisa de dinheiro para a educação, para a saúde, para a agricultura, enfim, para todos os setores da nossa economia. E o governo faz vistas grossas, demonstra-se incompetente, desleixado e não consegue encontrar respostas para atender a sociedade do Paraná. E o que é pior: envolve-se com corrupção todo o dia.

Então, a Oposição não fará parte desta viagem, porque a Oposição, senhor presidente, entende que estas viagens são desnecessárias, são viagens de turismo, são viagens para tratar de perfumarias, para dar palestras em Universidades que não existem, para receber prêmios de entidades absolutamente desprezíveis e por aí afora. E o governador vai completar a quadragésima viagem. Um governador que ganha do presidente da República em viagens, um governador que é campeão absoluto em horas-vôos, senhor presidente.

Entendemos que, no momento em que o Paraná vive grandes preocupações, com grandes problemas, o nosso funcionalismo sem reposição salarial, os municípios com os convênios atrasados - mais de nove mil convênios, segundo o chefe da Casa Civil - e as Prefeituras, os prefeitos fazendo papel de caloteiros; enfim, um governo efetivamente desmantelado, desorganizado, incompetente, perverso, com a marca da corrupção estampada na sua testa.

Senhor presidente, nós, da Oposição, não faremos parte desse turismo, não iremos aprovar esses passeios do governador, não iremos torrar o dinheiro público em viagens pelos continentes europeu, americano e por aí afora.

Então, fica aqui, publicamente, em nome da Oposição, o nosso “não”, o nosso “muito obrigado” à viagem do governador, e que ele faça bom proveito, e senão voltar mais ao Brasil, será um grande favor que estará prestando ao povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Ainda no Horário das Lideranças: PFL.  
(Declina)

O SR. NEIVO BERARDIN

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Apenas para comunicar à Casa, que recebi seis convênios da Secretaria do Meio Ambiente do Estado com a SPVS - Sociedade de Pesquisa à Vida Selvagem, o montante é de um milhão e duzentos e poucos mil reais. Dado que já tínhamos inúmeros documentos do Ministério do Meio Ambiente, e acho que a Secretaria do Meio Ambiente poderia ter sido mais elegante com a Comissão do Meio Ambiente, remetendo os laudos, aqui. Como não o fez, vamos agora solicitar que eles nos mandem esses laudos conclusivos, que foram divulgados à imprensa, e também os outros convênios, não só com a SPVS, mas com as outras ONG's que tem o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PSDB, PTB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de dois (02), de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Durval Amaral, com apoio dos senhores deputados Tony Garcia, Ademar Traiano, Nelson Tureck e Luiz Fernandes da Silva Litro, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa

Requerimento nº 2079, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, com apoio dos senhores deputados Tony Garcia, Durval Amaral, Algaci Tulio, Nereu Moura, e demais deputados, constante do expediente. Solicitando transformação do Plenário em Comissão Geral, entre os dias 26 a 29 do corrente mês, para apreciar Emenda ao Projeto de Lei nº 219/2001 e outras matérias a serem incluídas na Ordem do Dia e que não tenham recebido pareceres das Comissões Permanentes. **Recebido na forma do artigo 107 do Regimento Interno.**

O SR. NEIVO BERALDIN

Mas quem é que faz esse requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão, e subscrito por diversos deputados.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, nós não podemos transformar a Casa em Comissão Permanente 24 horas, porque estamos próximos do recesso.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Neivo Beraldin, o Plenário vai decidir amanhã.

O SR. NEIVO BERALDIN

O Plenário vai decidir amanhã, mas Vossa Excelência está recebendo esse.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Recebo. É regimental, não tem como a Presidência recusar.

O SR. NEIVO BERALDIN

Para discutir Vossa Excelência já adiou, está bem.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não, discutir é só amanhã. Recebe hoje e é votado amanhã, deputado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 643/99, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que determina que a internação de menores infratores seja efetuada nas proximidades do domicílio de seus pais ou responsáveis.

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 643/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - As entidades governamentais de atendimento à criança e ao adolescente infrator e que desenvolvam programas de abrigo, semiliberdade e internação, serão construídas e instaladas nas diversas regiões administrativas do Estado, de forma a possibilitar que o menor infrator permaneça próximo ao domicílio ou residência de seus pais ou responsáveis.

Art. 2º - O Estado, através de convênio, providenciará instalações adequadas para o recolhimento dos menores, conforme disposto no artigo anterior.

Parágrafo Único - Serão admitida as parcerias com entidades não governamentais para o cumprimento dos programas de educação e socialização dos menores, desde que cumpridas as determinações do artigo 91 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.

Art. 3º - As entidades de atendimento deverão abrigar os menores recolhidos em unidades especialmente destinadas ao regime a que estiverem sujeitos, na seguinte conformidade:

- I - unidade de abrigo;
- II - unidades de semiliberdade;
- III - unidades de internação.

Art. 4º - Em cada uma das unidades das entidades de atendimento serão desenvolvidos programas educacionais e de reabilitação do menor infrator que, sempre que possível, contarão com a participação das respectivas famílias e da comunidade local.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º - esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.06.2001.

(a) ALGACI TULIO  
Presidente e Relator

**Aprovado.**

O SR. NEIVO BERALDIN

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Verificação de votação solicitada pelo deputado Neivo Beraldin.

19 deputados aprovam. Não há quórum para deliberar, apenas para prosseguimento da Sessão.

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 013/2000, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que cria o Conselho Estadual de Agricultura Orgânica do Estado do Paraná - CEAO e dá outras providências. **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 013/2000  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Conselho Estadual de Agricultura Orgânica do Estado do Paraná - CEAO, órgão

normativo, deliberativo e regulador da política agrícola estadual para a agricultura orgânica, integrante da estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB.

Art. 2º - Compete ao Conselho Estadual de Agricultura Orgânica do Estado do Paraná:

I - definir as políticas públicas e formular as diretrizes de programas e projetos a nível estadual, destinados ao desenvolvimento da agricultura orgânica;

II - acompanhar o processo de definição das diretrizes e normas para a produção orgânica no Paraná, a serem estabelecidas através do Ministério da Agricultura e Abastecimento;

III - promover estudos, pesquisas, e publicações de temas relativos à produção, à industrialização e à comercialização de produtos orgânicos;

IV - realizar e/ou apoiar a realização de seminários e outros eventos objetivando a divulgação, fortalecimento e desenvolvimento da agricultura orgânica;

V - cooperar e realizar convênios com órgãos federais, estaduais, municipais e com instituições da sociedade civil organizada na consecução de meios para o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura orgânica;

VI - fomentar intercâmbios com outras organizações congêneres nacionais e internacionais, e contribuir com iniciativas pertinentes à área da produção de alimentos orgânicos;

VII - manter atualizada a documentação e a legislação pertinentes à área da agricultura orgânica;

VIII - instituir comissões ou grupos de trabalhos;

IX - elaborar o seu regimento interno.

Art. 3º - O Conselho Estadual de Agricultura Orgânica do Estado do Paraná será composto por 12 (doze) membros titulares e igual número de suplentes, representantes de Instituições Governamentais, e Instituições da Sociedade Civil Organizada, em igual proporção mantendo uma paridade harmônica para orientar a tomada de decisões.

§ 1º - A coordenação do processo para escolha dos membros das Instituições Governamentais será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, em conjunto, com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

§ 2º - As Prefeituras Municipais que atuam com programas próprios em agricultura orgânica, terão um representante efetivo e um suplente no CEAO, escolhidos através de sistemática própria das mesmas;

§ 3º - Para escolha dos membros da Instituição da Sociedade Civil Organizada, o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, promoverá no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desta lei, uma conferência sobre

Agricultura Orgânica, na qual as entidades da sociedade civil ligadas ao tema, escolherão seus representantes, incluindo suplentes, e os indicarão ao Poder Executivo dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da realização da conferência.

§ 4º - A escolha dos membros das Instituições da Sociedade Civil Organizada obedecerá sistemática própria dessas instituições;

§ 5º - A Presidência e a Vice-Presidência do CEAO será eleita entre seus pares.

§ 6º - O presidente do CEAO será substituído em suas faltas e impedimentos pelo vice-Presidente, e na ausência simultânea de ambos presidirá o Conselho o seu conselheiro com maior idade.

Art. 4º - Os membros do CEAO terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução uma única vez.

Art. 5º - A função de conselheiro do CEAO não será remunerada, sendo considerada como de relevantes serviços prestados ao Estado.

Art. 6º - O CEAO com apoio material, técnico, operacional e financeiro da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, para suas atividades, bem como, para as ações em agricultura orgânica no Estado.

Art. 7º - As despesas decorrentes da instalação do CEAO, correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.06.2001.

(a) ALGACI TULIO

Presidente e Relator

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 162/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que autoriza a implementação do ensino religioso na Rede Pública de Ensino. **Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 059/2000, de 24.05.2000).**

### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 179/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que torna obrigatória a realização de exame de surdez em crianças nascidas em hospitais públicos e instituições hospitalares que recebam verbas públicas do Estado do Paraná. **Encerrada a discussão.**



REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 179/2000  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a determinar que os hospitais e instituições hospitalares que recebam verbas públicas do Estado do Paraná, realizem o exame de Emissões Acústicas Evocadas (código 51.01.039-3 AMB - teste da orelhinha), nos três primeiros dias de vida dos nascidos nesses hospitais.

Art. 2º - Os pediatras das instituições referidas no artigo 1º desta lei, informarão aos pais sobre medidas profiláticas destinadas à prevenção da surdez, fornecendo aos mesmos documentos com o resultado do teste.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.06.2001.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

**ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 281/2000, de autoria do deputado Nelson Garcia, que altera o parágrafo único do artigo 1º, da Lei nº 8207, de 26 de dezembro de 1985. **Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 113/2000, de 29/08/2000).**

**ITEM 06**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 425/2000, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que torna obrigatório, através da Secretaria de Estado da Educação, a inclusão no currículo escolar da disciplina de educação ambiental em todas as escolas públicas do Paraná. **Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 183/2000, de 11/12/2000).**

**ITEM 07**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 070/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que cria o Núcleo Regional da Educação em Ibaiti. **Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 022/2001, de 21/03/2001).**

**ITEM 08**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 019/2001, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - de janeiro a maio de 2001 - Resolução nº 15 de 19/06/1992. **Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 004/2001, de 21/02/2001).**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Canoagem com

sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Encerrada a discussão.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/2001, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação da terceira Idade "São Francisco de Assis", com sede e foro no município de Pato Branco-PR. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Encerrada a discussão.**

**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 175/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a AAPAC - Diocese de Ponta Grossa - Associação de Amigos da Pastoral da Criança, com sede e foro no município de Ponta Grossa-PR. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Encerrada a discussão.**

**ITEM 12**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/2001, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro da Lontra - Ascombal, com sede e foro no município de Mariluz-PR. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Encerrada a discussão.**

**ITEM 13**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 182/2001, de autoria do deputado Tony Garcia, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Mater Dei, com sede e foro no município de Curitiba-PR. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Encerrada a discussão.**

**ITEM 14**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/2001, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Leônidas Pontes - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Uraí-PR. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Encerrada a discussão.**

**ITEM 15**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que introduz alterações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação - ICMS. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DA CCJ.**

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 04 (quatro), de autoria de diversos senhores deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

# EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 219/2001

Ficam acrescentados os Artigos 6º e 7º ao Projeto de Lei nº 219/2001, com a seguinte redação:

“Art. 6º - Acrescenta a letra “p” ao inciso II, do artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com a seguinte redação:

p) álcool etílico hidratado combustível, nas saídas da usina produtora com destino a estabelecimento distribuidor, tal como definido por órgão federal competente.

Art. 7º - Acrescenta o parágrafo 8º ao artigo 18, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com a seguinte redação:

§ 8º - Nas operações a que se refere a letra “p” do inciso II do artigo 14, a responsabilidade pelo débito não é transferível ao adquirente.”

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

Apoioamento:

Cleiton Kielse, Ademar Traino, Moysés Leônidas, Luiz Fernandes da Silva Litro e 1 ilegível.

## EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Artigo 1º - Os artigos, parágrafos, incisos e alíneas abaixo mencionados do Projeto de Lei nº 219/2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - ....

II -

b) de carnes, conservas ou produtos comestíveis resultantes da matança, do estabelecimento industrial ou produtor;

Art. 4º - Nas operações com gado bovino, bubalino ou suíno, promovidas por produtor ou por estabelecimento de cooperativa com destino a estabelecimento abatedor, do contribuinte ou de terceiro por ele contratado, poderá o estabelecimento abatedor, em substituição ao aproveitamento de quaisquer créditos, optar pelo crédito de importância equivalente à aplicação de 7% (sete por cento) sobre o valor de operação de saída das mercadorias ou produtos resultantes do abate dessas espécies de gado, ainda que submetidos a outros processos industriais.

§ 1º - ...

I - ...

a) gado bovino, bubalino ou suíno em pé, originário de outro Estado, ou daquele recebido em transferência de estabelecimento rural de produtor;

b) produtos resultantes do abate de gado bovino, bubalino ou suíno, independentemente da origem;

Art. 5º - ...

I - ave, coelho, gado bovino ou bubalino, suíno, caprino ou ovino em pé e produto comestível resultante

do seu abate, em estado natural, resfriado ou congelado;

Sala das Sessões, em 19.06.2001.

(aa) CEZAR SILVESTRI

HERMAS BRANDÃO

Apoioamento:

Renato Gaúcho, Orlando Pessuti, Augustinho Zucchi, Algaci Tulio.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa modificar o Projeto de Lei nº 201/2001, que introduz alterações na legislação do ICMS, nos artigos, incisos, alíneas e parágrafos abaixo mencionados, com o propósito de adequá-los à realidade fiscal.

A emenda à alínea “b” do inciso II do artigo 2º do projeto de lei, substitui a expressão “estabelecimento industrializador” por “estabelecimento industrial ou produtor”, uma vez que esta última é mais utilizada na legislação do ICMS.

A emenda do artigo 4º estabelece que a opção pelo crédito de importância equivalente à aplicação de 7% (sete por cento) sobre o valor da operação de saída do gado bovino, bubalino ou suíno poderá ser utilizada pelo estabelecimento tanto quando ele próprio abate o gado como quando ele contrata terceiro para esse fim, eliminando distinção feita pela administração fiscal.

O órgão de consulta fiscal entende que quando o contribuinte compra gado e entrega a terceiro contratado para realizar o abate ele não tem direito ao crédito, o que não é justo.

O direito ao crédito do ICMS é garantia prevista no artigo 155, § 2º, inciso I, da Constituição Federal que não pode ser suprimida, restringida ou limitada pela legislação inferior diante do princípio da não cumulatividade.

As emendas às alíneas “a” e “b” do inciso I do § 1º do artigo 4º e ao inciso I do artigo 5º do projeto de lei acrescentam a expressão gado bubalino na regra jurídica, para declarar expressamente que essa espécie também está abrangida pelas suas disposições, pois a legislação do ICMS ordinariamente refere-se à duas espécies de gado: bovino e bubalino.

## EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

I - O *caput* do item 1 do § 3º do artigo 2º do Projeto de Lei nº 219/2001, passa a ter a seguinte redação:

“1 - será feito sem prejuízo daquele relativo à entrada, na proporção das saídas em operações interestaduais, de:”

II - O *caput* do item 1 do § 1º do artigo 4º do Projeto de Lei nº 219/2001, passa a ter a seguinte redação:

“1 - será feito sem prejuízo daquele relativo à entrada, na proporção das saídas em operações interestaduais, de:”

III - Ficam acrescentados parágrafo único e alínea “a” e “b” ao artigo 5º do Projeto de Lei nº 219/2001, com as seguintes redações:

“Parágrafo Único - A redução da base de cálculo prevista neste artigo não acarretará a anulação dos créditos na saída, quando:

a) o imposto, na operação anterior, já tenha sido calculado com base de cálculo reduzida;

b) a operação seja promovida pelo estabelecimento industrial-fabricante, beneficiador ou empacotador, salvo se a embalagem colocada destinar-se apenas ao transporte da mercadoria, ressalvado o disposto no alínea anterior.”

IV - Fica modificado o *caput* e acrescentado parágrafo único ao artigo 6º do Projeto de Lei nº 219/2001, com as seguintes redações:

“Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 27 de março de 2001.

Parágrafo Único - Os tratamentos tributários concedidos com efeito retroativo não serão cumulativos com outros benefícios fiscais que estiverem em vigor até a data da publicação desta lei.”

Sala das Sessões, em 25.06.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoioamento:

Tony Garcia, Nelson Tureck, Elio Rusch, Cesar Seleme.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda modificativa e aditiva objetiva:

I - garantir o direito cumulativo do crédito presumido e do crédito dos insumos arrolados no item 1 do § 3º do artigo 2º, nas saídas em operações interestaduais de produtos resultantes do abate de aves;

II - garantir o direito cumulativo do crédito presumido e do crédito dos insumos arrolados no item 1 do § 1º do artigo 4º, nas saídas em operações interestaduais de produtos resultantes do abate de gado bovino ou suíno;

III - garantir a manutenção integral dos créditos nas saídas com redução da base de cálculo em percentual que resulte carga tributária de 7%, quando promovida por estabelecimento industrial ou quando o imposto, na operação anterior, já tenha sido calculado com base de cálculo reduzida;

IV - dar efeito retroativo, a 27.03.2001, aos benefícios ora concedidos, de tal modo que não haja lacuna legal no aproveitamento dos mesmos.

#### EMENDA DE PLÊNARIO DE Nº 04

Inclua-se artigos ao Projeto de Lei nº 219/2001, estendendo o incentivo e benefícios também à atividade do Pescado:

“Art. ... - O lançamento do imposto incidente nas operações com pescados, exceto os crustáceos e os

moluscos, em estado natural, resfriados, congelados, salgados, secos, eviscerados, filetados, postejados ou defumados para conservação, desde que não enlatados ou cozidos, ficando diferido para o momento em que ocorrer:

I - sua saída para outro Estado;

II - sua saída para o Exterior;

III - sua saída do estabelecimento varejista;

IV - a saída dos produtos resultantes de sua industrialização.

Parágrafo Único - Aplica-se ao benefício previsto neste artigo os mesmos critérios estipulados nesta lei ao diferimento dos demais produtos.”

Sala das Sessões, em 25.06.2001.

(a) DUÍLIO GENARI

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães, Luiz Fernandes da Silva Litro, Ricardo Maia e Nelson Tureck.

JUSTIFICATIVA:

Objetiva-se assegurar a continuidade da piscicultura, que vem garantindo o aumento de renda do pequeno e médio produtor paranaense, pelo que se faz necessário estender este incentivo e benefícios à atividade, que poderá assim se tornar mais forte e competitiva, para ainda mais crescer, agregar valores, gerar riquezas, impostos e empregos.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O projeto retorna e volta a Plenário no dia de amanhã.

Em discussão.

**Encerrada a discussão.**

#### ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/99, de autoria do deputado Beto Richa, que assegura o fornecimento gratuito de medicamentos e insumos destinados ao tratamento e controle do diabetes. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CS. **Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 017/99, de 22.03.99)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 083/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Beto Richa, tem por objetivo assegurar o fornecimento gratuito de medicamentos e insumos destinados ao tratamento e controle do diabetes.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 083/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Beto Richa, tem por objetivo assegurar o fornecimento gratuito de medicamentos e insumos destinados ao tratamento e controle do diabetes.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.06.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

**ITEM 17**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão e outros, que denomina Prefeito Plauto Miró Guimarães o trecho da PR-438, que liga o município de Ponta Grossa ao município de Teixeira Soares. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CO. EMENDA DA CCJ. **Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 016/2001, de 14.03.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 58/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do nobre deputado Hermas Brandão, tem por objetivo denominar Prefeito Plauto Miró Guimarães, trecho da Rodovia PR-438.

Conforme ofício do secretário Nelson Justus, dos Transportes, já existe denominação no trecho descrito o artigo 1º do presente projeto de lei.

Sendo assim, estamos apresentando parecer favorável à presente proposição, na forma da Emenda Modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 15.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 58/2001

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 058/2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 1º - Fica denominado Prefeito Plauto Miró Guimarães, o trecho da PR-438, que liga as localidades de Guaraci e Teixeira Soares”.

Sala das Comissões, em 15.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES  
E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 058/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise por esta Comissão Técnica, de autoria do deputado Hermas Brandão e outros, tem por finalidade denominar Prefeito Plauto Miró Guimarães o trecho da PR-438, que liga o município de Ponta Grossa ao município de Teixeira Soares.

A matéria foi analisada anteriormente no parecer da Comissão da Constituição e Justiça, que pronunciou-se favorável à aprovação da matéria, na forma da Emenda Modificativa ao artigo 1º, do referido projeto de lei, onde sofreu a alteração, no “trecho da PR-483, que liga as localidades de Guaraci e Teixeira Soares”.

No âmbito desta douta Comissão de Obras Públicas, seguimos o entendimento no parecer técnico, conforme ofício enviado pela Secretária de Estado dos Transportes, bem como, acatamos a Emenda Modificativa apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Neste sentido, manifestamos o parecer favorável, na forma da Emenda Modificativa apresentada, ressaltando o reconhecimento aos relevantes serviços prestados à comunidade, pelo nobre Prefeito, contribuindo para o desenvolvimento do nosso Estado.

Sala das Comissões, em 06.06.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

**ITEM 18**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/2001 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/2001, que revoga a Lei nº 12941, de 05 de setembro de 2000, alterada pela de nº 12954 de 28 de setembro do mesmo ano. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CO. **Encerrada a discussão.**

PROJETO LEI Nº 140/2001.  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 12941, de 05 de setembro de 2000, alterada pela de nº 12954, de 28 de setembro do mesmo ano.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.2001.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 140/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa revogar a Lei nº 12941, de 05 de setembro de 2000, alterada pela Lei nº 12954, de 28 de setembro de 2000.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS  
PROJETO DE LEI Nº 140/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, na forma da Mensagem nº 13/2001, visa revogar a Lei nº 12941 de 05.09.2000. Alterada pela Lei nº 12954 de 28.09.2000. A lei da qual se enseja a revogação autoriza o Poder Executivo a ceder para a Organização Mundial da Família, o imóvel no Município de Curitiba, pertencente ao Estado do Paraná, conforme registro de imóvel, a revogação da Lei 12941 tem em vista a modificação no prazo de duração da cessão de 02 anos e 03 meses para 15 anos e o prazo de prorrogação da mesma de 04 anos para 15 anos.

Verificamos o cunho meritório, opinamos favoravelmente pois atende aos apelos da comunidade no sentido de ampliar as instalações do Colégio Estadual Professor Francisco Zardo, localizado em área limítrofe ao terreno cedido.

Sala das Comissões, em 06.06.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 19**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Mantenedora do Ensino Alternativo - AMENA, imóvel situado nesta Capital. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CO. SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE OBRAS. **Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 044/2001, de 24.04.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 146/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo autorizar o Poder Exe-

cutivo a doar à Associação Mantenedora de Ensino Alternativo - AMENA, imóvel situado nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
PROJETO DE LEI Nº 146/2001

A súmula e o artigo 1º do Projeto de Lei nº 146/2001 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Autoriza o Poder Executivo a outorgar cessão de uso de imóvel à Associação Mantenedora do Ensino Alternativo AMENA”.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar cessão de uso de imóveis de propriedade do Estado do Paraná, situado na Avenida República Argentina, 2.430, Bairro Portão, medindo 600m2 com inscrição imobiliária 27.3048.0212, indicação fiscal 63.096.038.000, parte do imóvel registrado no livro 3º. E, sob nº 9.128, do Registro de Imóveis - 1ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, à Associação Mantenedora do Ensino Alternativo - AMENA.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior será, exclusivamente, utilizado para instalação de uma escola alternativa, destinada ao atendimento psicopedagógico adequado para crianças e adolescentes que apresentam distúrbios severos emocionais e de aprendizagem, vigorando a cessão até 31 de dezembro de 2005, podendo ser prorrogada por mais quatro anos, mediante consenso entre as partes, tornando-se, automaticamente, sem efeito caso haja descumprimento das finalidades estabelecidas, ficando a cessionária responsável pela guarda e conservação de tais bens, sem direitos a ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06.06.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

**ITEM 20**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Clube do Vovô de Assis Chateaubriand, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**Encerrada a discussão. (Publ no DA nº 064/2001, de 21/05/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 196/2001

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Clube do Vovô de Assis Chateaubriand, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

**ITEM 21**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/2001, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública o Projeto CAUEM - Crianças Alegres e Unidas na Esperança com Maria, com sede e foro no município de Bandeirantes, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 068/2001, de 23/05/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 206//2001

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do deputado Hermes Fonseca, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Projeto CAUEM - Crianças Alegres e Unidas na Esperança com Maria, com sede e foro no município de Bandeirantes-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 22**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Diabéticos de Maringá e Região - ADIM, com sede e foro no município de Maringá-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 071/2001, de 29/05/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 208/2001

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria da deputada Serafina Carrilho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Diabéticos de Maringá e Região - ADIM, com sede e foro no município de Maringá-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 23**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 10.789, que declarou de Utilidade Pública o Grande Oriente do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 071/2001, de 29/05/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 209/2001

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo alterar a Lei nº 10.789, que declarou de Utilidade Pública o Grande Oriente do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

**ITEM 24**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pequenos Produtores Rurais do Distrito de Planalto do Oeste - Nova Santa Rosa, com sede no município de Nova Santa Rosa e foro no município de Toledo-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 071/2001, de 29/05/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 212/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pequenos Produtores Rurais do Distrito de Planalto do Oeste - Nova Santa Rosa, com sede no município de Nova Santa Rosa e foro no município de Toledo-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 25**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/2001, de autoria do deputado Antonio Baratter, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social, com sede e foro no município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 071/2001, de 29/05/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 214/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o PROVOPAR - Ação Social, com sede e foro no município de Cascavel.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 26**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre a extinção de débitos fiscais, mediante compensação, nos casos em que especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. **Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 086/2001, de 19.06.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 256/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo dispor sobre a extin-

ção de débitos fiscais, mediante compensação, nos casos em que especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, constatamos que a matéria encontra-se apta para seguir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 256/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo dispor sobre a extinção de débitos fiscais, mediante compensação, nos casos que especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar e por ser de matéria relevante ao interesse da sociedade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.06.2001.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente em Exercício  
GERALDO CARTÁRIO - Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Conferência ao item nº 15, 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 219/2001, este projeto estava para receber Emendas no dia de hoje.

Vossa Excelência disse que ele recebeu Emendas?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sim, ele recebeu Emenda.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2026, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2062, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2065, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2066, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2078, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas um esclarecimento: Vossa Excelência declarou anteriormente que não havia quórum para deliberação...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para deliberação. Mas, são votos de pesar.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Votos de pesar, sim. Mas, há requerimentos sendo votados?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Requerimento nenhum. Só votos de pesar.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Os deputados que concordam que sejam aprovados...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Votos de pesar!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Mas, votos de pesar não depende de submeter à aprovação do Plenário. É isso?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Claro que depende. É como a Ata: dezoito deputados. Conforme o Regimento Interno.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Amanhã, dia 26, às 17h haverá uma nova reunião da Comissão que investiga a Sanepar. Estarão presentes, aqui, na Assembléia, mais uma vez, o presidente da Sanepar e todos os seus diretores.

Então, amanhã há de ser mais um dia importante nesse processo de investigação da Sanepar.

Quero lembrar à Casa que solicitei a colaboração do CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná, para que ajude numa investigação de uma obra realizada em Maringá.

Esta obra, evidentemente, vai dar muito o que falar.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 643/99, 013, 162, 179, 281, 425/2000 e 070/2001.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 145, 154, 175, 177, 182, 187 e 219/2001.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 083/99, 058, 140, 146, 196, 206, 208, 209, 212, 214 e 256/2001.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 092/2001.

Marco ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após a Sessão Ordinária, com a ordem do Dia a ser designada.

Levanta-se a sessão.

#### Atas de Comissões:

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO 14ª LEGISLATURA- 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e um, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, com a presença dos seguintes deputados: Cesar Silvestri, Luciana Rafagnin e Luiz Carlos Martins. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passa-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 274/2000 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Silvestri. APROVADO. 02) Projeto de Lei Nº 285/2000 de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Fernando Ribas Carli, lido pelo deputado Cesar Silvestri. APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 036/2001 de autoria do deputado Cesar Seleme. O senhor deputado Cesar Silvestri, relator da matéria, requer mais prazo - DEFERIDO. 04) Projeto de Lei nº 319/2000 de autoria do deputado Miltinho Pupio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Luiz Fernando Litro. APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 030/2000 de autoria do deputado Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL da deputada Luciana Rafagnin - APROVADO. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Karla Cristine, secretária da Comissão.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente  
Karla Cristine de Souza - Secretária

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO 14ª LEGISLATURA- 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias de maio do ano de dois mil e um, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, com a presença



dos seguintes deputados: Orlando Pessuti, Fernando Ribas Carli e Luiz Carlos Martins. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passa-se a Ordem do Dia: 01) projeto de Lei nº 527/99 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 080/99 de autoria do deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim Karla Cristine, secretária da Comissão.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente  
Karla Cristine de Souza - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA- 14ª LEGISLATURA  
13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, José Maria Ferreira, Hermes da Fonseca, Orlando Pessuti, Algaci Tulio, Marcos Isfer, Plauto Miró Guimarães, Moysés Leônidas, Antonio Carlos Belinati. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 205/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti. APROVADO com voto contrário do deputado Hermes da Fonseca. 02) Projeto de Lei nº 245/2001 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti - APROVADO. 03) Projeto de

Lei nº 287/99 de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 213/2001 de autoria do deputado Durval Amaral. O deputado Moysés Leônidas relator da matéria, requer diligência junto ao Departamento de Trânsito do Paraná - Detran, DEFERIDO. 05) Projeto de Lei nº 391/2000 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas à emenda de Plenário - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 157/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 291/99 de autoria do deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas à emenda de Plenário. APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 033/2000 de autoria do deputado Miltinho Pupio. Parecer CONTRÁRIO do deputado Hermes da Fonseca - APROVADO. 09) Proposição-Veto nº 045/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 083/99 de autoria do deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 256/2001, de autoria do deputado Herma Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães. 12) Projeto de Lei nº 246/2001 de autoria do Poder Executivo - Mensagem 018/2001. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 084/2001 de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária